

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESCENTRALIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO**

**DE 2023:** Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, na Sala de reuniões do edifício da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, sito à Rua Padre Manuel Gomes Resende , n.º 229, freguesia de Macieira de Sarnes, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Joaquim Jorge Ferreira**, encontrando-se presentes os/as seguintes Vereadores/as: **Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira.** =====

===== Secretariou a presente reunião, o Assistente Técnico, **Jaime Manuel da Silva Marques.** =====

===== Depois de todos/as terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram 09h e 40m, dando assim início à mesma. =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**=====

===== Intervenção do **Senhor Presidente** (gravação 00:00:03): Bom, muito bom dia a todos e a todas. Começar, naturalmente, por cumprimentar os colegas de Executivo, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, os colaboradores, autarquia, a comunicação social e todos oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas. Antes dar início a reunião, gostaria de pedir à senhora presidente da Junta de freguesia que nos desejasse as boas-vindas. =====

===== Intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes - **Florbela Silva**: Muito bom dia a todos. Aproveito para agradecer a oportunidade que estão a dar a Macieira de Sarnes pela realização desta reunião descentralizada, creio que é a primeira e que não será a última neste mandato. Lamento para o facto de não haver inscrições de macieirenses, certamente que terão seus problemas e hoje tinham oportunidade de vir aqui para os apresentar. Contudo, quero vos dizer que também não passa muito a mensagem de que esta reunião está aqui a acontecer. E seria bom, nas futuras, haver um bocadinho mais de comunicação. Também quero aproveitar, Senhor Presidente, para falar da Estrada Nacional 327: É uma estrada com bastante sinistralidade, No início deste mês aconteceu um acidente grave com o atropelamento de uma pessoa, nomeadamente no lugar do Cruzeiro junto à Quinta do Miranda. E por falar na Quinta do Miranda: É um assunto que parece estar esquecido, mas eu queria relembrar, se já há algum parecer do Centro Regional de Cultura do Norte sobre possível obra que pretende iríamos realizar naquele espaço? Também posso dizer que a Quinta está à venda e seria uma boa oportunidade para ser adquirida. Seria uma enorme oportunidade

*para se criar uma nova centralidade para a nossa Freguesia. Poderá ser no meu tempo, poderá ser no seu, poderá não ser, isso não é o mais importante, o que é importante era que viesse a acontecer, porque todos nós oliveirenses maceirenses iríamos usufruir disso. Posto isto, quero desejar a todos um Feliz Natal cheio de prosperidade e que o próximo ano seja com muita saúde e paz. Muito obrigada. Sejam bem-vindos. =====*

*===== Intervenção do **Senhor Presidente** (gravação 00:02:40): Muito obrigado, Senhora Presidente. Retribuídos os votos de Boas Festas, a si, naturalmente à sua família, e a todos habitantes da Freguesia de Macieira de Sarnes. Vamos então dar início à nossa reunião. Eu tinha algumas notas breves para vos dar: A primeira delas, é para referir, mais uma vez, a cerimónia de tomada de posse do Professor Martinho Oliveira como diretor da Escola Superior Aveiro Norte. E refiro, porque, obviamente, temos tido no Professor Martinho Oliveira um interlocutor privilegiado daquilo que são as aspirações do Município de Oliveira de Azeméis, mas também do seu tecido económico, em relação ao papel que no futuro a Escola Superior Aveiro Norte poderá desempenhar. Evidente que, neste momento, o papel da Escola Superior Aveiro Norte é absolutamente impactante para aquilo que são as necessidades nosso tecido empresarial. É ali que se desenvolvem muitas parcerias estratégicas, muitas parcerias que produziram resultados no futuro, mas, naturalmente, queremos que esta relação se incremente e queremos que a Escola Superior Aveiro Norte seja cada vez mais uma referência nesta importante região como a atividade económica relevante, mas que seja também uma referência no norte do país em relação àquilo que é a investigação e o desenvolvimento que se faz para dar resposta à indústria nacional. Desejar, naturalmente, ao professor de Martinho Oliveira votos das maiores felicidades nos próximos 4 anos e desejar que algumas das suas aspirações, alguns dos seus sonhos, que são aspirações e sonhos que também são partilhados por todos nós, sejam efetivamente concretizados. Dar também nota que o Município de Oliveira de Azeméis foi um dos 108 municípios premiados no país com a distinção de Autarquia Familiarmente Responsável. Portanto, foi uma bandeira verde atribuída pelo Observatório e, portanto, visa apoiar, prestigiar, distinguir autarquias que tem um trabalho meritório no domínio das políticas de apoio à família. Naturalmente, compete-me dar os parabéns aos serviços da autarquia que trabalham no sentido de que estes prémios sejam possíveis de alcançar, mas sobretudo, que trabalham no sentido que as respostas que envolvem estes prémios sejam asseguradas diariamente às famílias oliveirenses. Dar também nota do 16º aniversário da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. Agradecer aos trabalhadores e aos leitores utilizadores deste magnífico espaço, porque são os trabalhadores e os leitores os utilizadores que lhe dão sentido. Um edifício que é emblemático, um edifício que é um edifício de grande qualidade, é um edifício que é uma referência na região. E, portanto, dar os parabéns aos trabalhadores e aos utilizadores deste magnífico espaço que continua a desempenhar um papel fundamental na promoção da literacia da cultura nosso concelho. Dar também nota sobre o 90º aniversário da Cooperativa Elétrica do Loureiro. Portanto, vários nós tivemos oportunidade de estar presentes nas comemorações deste aniversário. Esta*

*instituição caminha para o seu centenário. Mas há um conjunto de ameaças e são ameaças relevantes, ameaças a que devemos dar a devida conta. E, portanto, se nós queremos efetivamente que esta resposta de proximidade, que esta resposta que produz riqueza, produz postos de trabalho, que assegura também, naturalmente, um serviço de qualidade, um serviço rápido, um serviço eficaz, muitas vezes temos melhor qualidade de serviço nestas respostas de proximidade do que nas postas que são asseguradas pelos grandes players. É evidente que temos que ter aqui uma especial atenção. E, portanto, dar nota que os municípios do norte que têm cooperativas elétricas no seu território estão particularmente preocupados. E, portanto, estamos atentos àquilo que vai ser a futura concessão de distribuição de energia de baixa tensão, no sentido de que essa concessão seja qual for a forma que for utilizada assegure a continuidade destas cooperativas, porque estas cooperativas são realmente importantes para as freguesias/lugares onde operam. E tem também uma outra componente que nós muitas vezes desvalorizamos, mas que é muito relevante, que a componente da sua responsabilidade social. E, portanto, muitas destas cooperativas no domínio da ação social fazem um trabalho absolutamente extraordinário, aliás, julgo que iluminação de Natal na Freguesia de Loureiro teve uma fortíssima participação da Cooperativa Elétrica Loureiro. Portanto, dar os parabéns ao seu Presidente e, naturalmente, a toda a direção e a todos os órgãos sociais da Cooperativa Elétrica de Loureiro. E desejar as maiores felicidades para a Cooperativa Elétrica do Loureiro no futuro. Dar também nota que o Rancho Folclórico do Grupo Musical Macinhatense celebrou o seu 27º aniversário. Portanto, tivemos oportunidade de estar nesse jantar de Natal e, em simultâneo, da comemoração do aniversário. Agradecer à direção do Grupo Musical Macinhatense e, naturalmente, agradecer toda a sua direção o trabalho que tem feito ao longo de todos estes anos, pela etnografia do nosso concelho, pela promoção da nossa cultura popular, não só no país, mas também no estrangeiro. O Grupo Musical Macinhatense, à semelhança de muitas associações, tem períodos onde passa por algumas dificuldades, mas, felizmente que com esta direção tem seguido o rumo certo, tem feito um trabalho cada vez mais de consolidação daquilo que são as dinâmicas que permitem a sobrevivência da instituição e, portanto, dar os parabéns a direção, não só pelo aniversário e, naturalmente, também todos macinhatenses, mas, sobretudo pelo trabalho que fazem pela promoção do nosso folclore. Agradecer também às associações pais todas as escolas do concelho que, como é habitual, fazem um trabalho extraordinário no embelezamento das nossas rotundas e, não só das nossas rotundas, também das nossas escolas. E, portanto, o Natal naturalmente é um Natal mais bonito, com mais cor, com muito mais alegria, com muito mais brilho, quando nós temos pais e crianças envolvidos na mesma causa. E a que a causa é, naturalmente, trabalharem para que a magia do Natal seja disponibilizada a todos. Agradecer a todas as associações de pais e aos elementos que as compõem e às nossas crianças, também. Dar Nota também que o Caminho de Santiago, este troço Norte, foi certificado. Finalmente foi atribuída essa certificação. Este caminho passa por 13 municípios, incluindo o município de Oliveira de Azeméis. E, portanto, é muito importante para nós esta certificação do Caminho porque, naturalmente, abre-nos um conjunto de oportunidades, não só ao nível das oportunidades de financiamento, mas,*

sobretudo, permite-nos ter um produto certificado que, naturalmente, traz diversas componentes ao nível da sua promoção. A criação de um albergue de peregrinos na Estação de Cucujães foi, digamos, o início de uma estratégia que se fez pensando já naquilo que poderia ser a certificação deste caminho que estava a ser desenvolvidas alguns anos. E também naquilo que se está a procurar fazer na Estação de Caminhos de Ferro de Oliveira de Azeméis, não na totalidade da área, mas em parte da área, onde vamos procurar também ter respostas de apoio aos nossos peregrinos. É muito importante que nós aproveitemos todos estes viajantes que são elementos fundamentais na promoção da cultura e na promoção do marketing territorial, que estas pessoas tenham boas experiências no nosso território. É isso que nós estamos a procurar construir. Não queremos apenas que elas o atravessem. Queremos que elas cá pernoitem e, eventualmente, que voltem, conheçam bem a nossa realidade, conheçam bem a nossa hospitalidade e sejam veículos de promoção dessa nossa realidade. E, portanto, olharmos para esta questão dos Caminhos de Santiago, mas também, naturalmente, dos peregrinos de Fátima, como uma aposta, estamos a falar de questões de natureza mais religiosa, mas se quisermos apostar também na perspetiva do turismo e na perspetiva de promoção do nosso território. Só dizer que este troço no qual nos inserimos tem 178 quilómetros. Dar também os parabéns à ADRITEM, e naturalmente à sua diretora Eng<sup>a</sup> Teresa Pouzada, pelo Prémio Europeu alcançado pelo projeto Aldeias Portugal. Um projeto, como sabem, é promovido pela ADRITEM. São 113 aldeias, nós estamos a falar neste caso concreto de 61 aldeias. Este projeto, como sabem, pretende valorizar os recursos endógenos, as potencialidades do mundo rural de cada aldeia de cada lugar e, sobretudo, permitir que as particularidades de cada um desses lugares, nomeadamente ao nível do património edificado ao nível de gastronomia, dos usos e costumes, e também, naturalmente, isso é que é muito importante o seu património natural seja promovido. Portanto, a perspetiva é apoiar territórios na sua ruralidade, na sua sustentabilidade, mas também, naturalmente, na sua identidade. Este este grupo, no qual nos inserimos, dinamizado pela ADRITEM; tem 16 grupos de ação local. Este projeto das Aldeias de Portugal foi agora reconhecido com o prémio European Leader Awards. Portanto, temos aqui uma distinção, que é uma distinção muito importante, que reconhece a qualidade importância deste trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Em Oliveira de Azeméis, como sabem, temos duas Aldeias de Portugal: temos a bonita Aldeia de Ul e, mais recentemente, a Aldeia de Vilarinho de São Luís. E, portanto, esta chancela que é atribuída a estes lugares é muito importante porque reconhece o seu valor patrimonial, reconhece o seu valor natural e abre também perspetivas no domínio da sua dinamização. Portanto, a identificação, numa rede de Aldeias de Portugal, de 2 locais no nosso concelho é muito importante também e, portanto, vamos naturalmente continuar a trabalhar no sentido de acrescentar mais locais a esta realidade. Parabéns à ADRITEM, porque é uma marca muito importante. Dar também os parabéns à loja Marka, foi a vencedora do concurso de montras de Natal. Como sabem, este concurso de montras financiado pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e tenho uma parceria na organização da Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra. Dar também nota que o concurso da

*Escola Cantina de São Martinho da Gandra; Se bem se recordam, nós temos um projeto que é uma viagem, um roteiro pelos sentidos. Estamos a reabilitar um conjunto de equipamentos em várias freguesias. Um deles é o Sindicato dos Vidreiros do Norte, é o único que está em obras. Foi lançado um procedimento para este da Escola Cantina. Ficou deserto. Vamos lançá-lo, julgo que ainda este ano, relançá-lo melhor dizendo, para ver se temos a possibilidade de ter um concorrente interessado na execução de obra. O mesmo aconteceu também com procedimento que já andamos há muito tempo a tentar que ele se efetivo, tem a ver com a substituição de um conjunto de caixilharias de alumínio nas nossas escolas. Vamos ver se também conseguimos que este concurso de caixilharias, que é muito importante porque traduz-se logo em condições de conforto completamente diferentes em termos de climatização dos espaços, se efetivamente chega a bom porto. Duas notas muito breves sobre a próxima reunião, a próxima reunião, aliás, aproveitar para dizer é no dia 11 de janeiro de 2024. Verifiquem se não têm nenhum tipo de problemas. É uma quinta-feira, mas será no dia 11. Para terminar, fazer apenas e só breve balanço deste ano, porque é para isso também que serve esta data, não vou acrescentar nada de especial, apenas agradecer o vosso trabalho dizer-vos que durante este ano foi uma honra para mim poder presidir a um executivo camarário que, na minha opinião, prestigiou a democracia, prestigiou os partidos que representa, prestigiou o concelho de Oliveira de Azeméis e, naturalmente, isso é que é o mais importante, prestigiou os oliveirenses. E, portanto, agradecer, independentemente de divergência, independentemente de uma discussão mais acesa do que outra, é importante que se perceba: eu quero sublinhar isto, porque acho que é que é mesmo importante que se perceba que existe uma grande convergência de opiniões, em relação àquilo que é importante fazer para o desenvolvimento deste território, para a promoção da qualidade de vida das pessoas. Ou seja, estamos perante pessoas que têm uma visão muito própria sobre o papel que os partidos desempenham, sobre aquilo que é a missão do executivo sem criar nenhum tipo de divisões, sem ostracizar ninguém, percebendo que aquilo que importa é que o concelho se desenvolva, se promovam políticas públicas que ajudem as pessoas e que ajude a melhorar a qualidade de vida dos nossos concidadãos. E, portanto, para mim, naturalmente, é uma enorme honra e tenho naturalmente que agradecer a todos vós sem exceção os contributos que deram para que isto fosse possível e esperar, naturalmente, que o ano 2024 nos traga um aprofundamento desta relação e permita também que nós continuamos a fazer cada vez um maior e o melhor trabalho em prol da nossa população. =====*

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 00:18:00): Muito bom dia, Senhor Presidente, caros colegas vereadores, senhores colaboradores da autarquia, comunicação social, pessoas aqui presentes. Gostaria de cumprimentar de forma especial a senhora presidente da Junta de Freguesia, Florbela Silva, mas já teve que se ausentar. Porque ser presidente de Junta de Freguesia e ter que manter uma atividade profissional para sustentar a sua família tem destas coisas. Para quem educador de infância, as semanas do Natal são semanas muito muito complicadas, com muitos afazeres, mas, fica aqui o registo dos*

*cumprimentos e do agradecimento pela receção aqui em Macieira de Sarnes. E na pessoa da senhora presidente cumprimentamos todos os macieirenses. É sempre um gosto vir a Macieira de Sarnes e poder confraternizar com as pessoas, com os macieirenses, pessoas laboriosas, pessoas generosas de grande envergadura moral e que engrandecem o nosso concelho de Oliveira de Azeméis. A freguesia de Macieira de Sarnes: Nós estivemos cá, como habitualmente, a fazer uma visita à freguesia. Também fomos recebidos pelo executivo da Junta de Freguesia, que nos puderam passar algumas daqueles que são os seus projetos para os tempos mais próximos e também as suas preocupações para o futuro. Esta freguesia é uma freguesia muito pequenina, como todos sabemos. Quatro quilómetros quadrados e meio, com cerca de 1856 habitantes, isto são os dados dos últimos censos, mas obviamente que já devem ter oscilado, mas, portanto, é, de facto, uma freguesia muito pequena. E é uma freguesia muito colada, digamos assim, a São João da Madeira, colada ao município vizinho, uma cidade vizinha, uma cidade forte e pujante que exerce uma grande pressão sobre esta freguesia. E essa pressão sente-se a muitos níveis porque é pressão que, de alguma forma, esvazia a freguesia de alguns serviços, esvazia a freguesia de alguma indústria, esvazia a freguesia de alunos e, portanto, exerce esta atração do povo de Macieira para São João da Madeira. E, portanto, por ser uma freguesia tão periférica, Macieira de Sarnes tem de merecer da Câmara Municipal um cuidado especial para que o sentimento de pertença ao nosso concelho por parte dos macieirenses seja vivido e seja sentido e, portanto, não se perca este sentimento de pertença a Oliveira de Azeméis. Porque com esta proximidade, esta pressão, e esta força de atração do concelho vizinho, nós temos muita pena de ver Macieira de Sarnes a fazer mais vida em São João da Madeira do que em Oliveira de Azeméis e a perder este sentimento de pertença ao concelho de Oliveira de Azeméis. E, portanto, merece, esta esta freguesia por ser talvez tão pequena e tão periférica, merece uma atenção especial da Câmara Municipal para que não se perca esta esta vivência oliveirense nesta freguesia. Mas, apesar desta pequena dimensão da freguesia, Macieira de Sarnes é uma freguesia rica em história, com uma história muito antiga que remonta mesmo à pré-história com achados arqueológicos nesta freguesia. Também é uma freguesia com um sólido dinamismo associativo e gostaríamos aqui de destacar: o Futebol Clube Macieirense, a Associação Desportiva e Cultural de Macieira de Sarnes, as Associações de Pais, que o Senhor Presidente já referiu aqui o trabalho nos enfeites de Natal, mas o trabalho das Associações de Pais é um trabalho que se verifica e que é feito ao longo de todo o ano e é um trabalho muito importante e é um associativismo também muito importante para o nosso concelho, a Associação Conviver Mais, a Associação de Reformados e Idosos de Macieira de Sarnes, que reúne aqui precisamente nestas instalações, a Columbófila, etc... Do seu património arquitetónico, nós gostaríamos de destacar aqui o Cruzeiro de Macieira de Sarnes, que data de 1883, portanto, é um Cruzeiro que, pela sua propecta idade, merece uma atenção especial. E nós sabemos que, precisa de uma intervenção urgente porque, fruto da sua idade, sofreu já obras de reparação, mas, já há muitos anos. E há um receio, de alguma forma fundado, de que o seu estado de degradação possa constituir algum perigo para a segurança pública. Isso já foi reportada à Câmara Municipal. O Senhor Presidente comprometeu-se a*

*mandar os serviços analisar para emitir um parecer sobre a segurança do Cruzeiro. Entretanto, já passou um ano e não houve qualquer resposta. Portanto, continua esta preocupação. Com certeza que volvido um ano o estado de degradação ainda é a maior. E, portanto, nós não podemos correr o risco de perder este monumento nem de pôr em risco a segurança de bens e de pessoas. Portanto, deixo aqui este alerta para se verificar as condições do Cruzeiro e se proceder a obras de reparação e de consolidação da sua estrutura. Outro elemento muito importante desta freguesia são as suas alminhas. E eu gostaria aqui de referir este projeto, que recentemente foi aprovada, cujo financiamento é em parte da ADRITEM e também com a colaboração da Câmara Municipal. E aqui também a dar os parabéns à ADRITEM, pelo prémio que o Senhor Presidente referiu há pouco. E este é um projeto com um valor muito significativo. Não sei se Macieira de Sarnes já teve nos tempos mais próximos um projeto com um valor tão significativo e, de facto, esperemos que seja levado a bom porto, seja concretizado e que possa valorizar o património desta freguesia. Outra questão que nós gostaríamos de trazer aqui, tem a ver com a escola de Macieira de Sarnes. A escola está em obras, há praticamente 2 anos. São obras um pouco intermitentes, porque, segundo sabemos, são realizadas por funcionários da autarquia e quando surge alguma emergência os funcionários têm que se deslocar para essa emergência. As obras da escola de Macieira de Sarnes têm sido desenvolvidas de uma forma um pouco intermitente. A verdade é que está em melhores condições, estão a ser feitas as obras necessárias. Deixo aqui também esta nota para a importância da substituição da caixilharia antiga. O Senhor Presidente referiu aqui hoje o concurso para a aquisição e substituição das caixilharias antigas nas escolas. Esperemos então que a escola de Macieira de Sarnes seja contemplada também nesse concurso, porque efetivamente, depois das obras que está a ser alvo, caixilharia tem necessariamente que ser substituída e não é por questões estéticas é mesmo por questões de eficiência energética e até de operacionalidade das caixilharias e das janelas. Outro assunto, Senhor Presidente, tem a ver com a rede de transportes, a UNIR. Nós já falamos nisto na reunião passada. Macieira de Sarnes foi muito afetada por esta situação. A Junta de freguesia sofreu muitos pedidos e reclamações por parte dos utilizadores dos transportes, devido a todos os problemas que nós já falamos da mudança das rotas, dos horários dos autocarros que deviam passar e não passavam. Portanto, foi uma freguesia também muito afetada. E nós gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para perguntar: nós, na última reunião, falámos da situação caótica que se estava a viver. Nós próprios, vereadores do PSD, também fizemos chegar à Área Metropolitana do Porto, várias reclamações que nos fizeram chegar. Sabemos que a câmara também fez chegar essas reclamações. E as perguntas que nós queremos fazer é: qual foi a resposta a essas reclamações? Se os problemas mais graves já estão solucionados ou estão a ser solucionados? Qual é a perspectiva, para quando a normalização do serviço e a resposta para as necessidades das pessoas, dos macieirenses, mas também dos oliveirenses, em termos gerais? E tenho aqui outra questão, Senhor Presidente, que já não tem a ver com Macieira de Sarnes, mas que chegou ao nosso conhecimento, e que precisamos de uma resposta do Senhor Presidente, que tem a ver com o Jardim de infância de Nogueira do Cravo. Nós, na altura em que estivemos*

*em Nogueira do Cravo, fizemos também uma visita a Nogueira e chegaram-nos várias situações. Esta, não nos chegou na altura, chegou-nos agora, mas vem sempre em tempo de nós colocarmos esta questão: O jardim de infância de Nogueira do Cravo, Senhor Presidente, só para o situar, é aquele edifício ali ao lado da Casa das Associações, portanto, foi construído de raiz para ser um jardim de infância, alberga lá 18 crianças, crianças dos 3 aos 6 anos, portanto, crianças muito pequenas, está num estado de degradação muito grave. Chovia lá dentro. A câmara municipal fez obras para reparação e isolamento da cobertura. Deixou de chover. Mas, entretanto, já voltou a chover. Ou seja, as obras não foram eficazes para resolver o problema. Fruto dessas infiltrações gravíssimas, a escola está cheia de humidades. As condições de salubridade para termos crianças tão pequenas naquelas instalações, não é das melhores. A situação do parque infantil e do jardim é calamitoso. É inacreditável a situação em que se encontram aqueles equipamentos constituindo perigo, perigo mesmo, para as crianças que ali estão. É claro que as auxiliares tentam evitar que as crianças usem os equipamentos que estão degradados. Há umas fitas vermelhas à volta dos equipamentos, mas, com crianças, nós sabemos que o perigo espreita e é uma situação muito grave que ali se encontra. Também a situação das árvores, a poda das árvores já foi pedida à Câmara Municipal inúmeras vezes e até hoje não foram podadas. O que nos dizem, e o que corre na naquele jardim de infância, é que a Câmara Municipal pretende encerrar aquele jardim de infância. E, portanto, o que é que nós queríamos saber, por um lado, qual a intenção da Câmara Municipal em relação ao jardim de infância de Nogueira do Cravo, se têm em vista o seu encerramento - considerando, a resposta de proximidade que ele dá, o facto de ter sido construído de raiz para ser um jardim de infância, o facto de ter uma cozinheira que faz ali as refeições diárias quentinhas com qualidade para as crianças, etc, mas, infelizmente, está com estas condições, portanto, qual a intenção da Câmara Municipal, em relação ao jardim de infância de Nogueira do Cravo e a urgência destas obras e destas reparações, porque efetivamente são 18 crianças que estão ali mais os seus professores, seus educadores, seus auxiliares? Isto não são condições dignas para as crianças que frequentam aquele jardim de infância. =====*

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Inês Lamego** (gravação 00:31:00): Muito bom dia a todas e a todas. Eu aproveitava só, de alguma forma secundando àquilo que foram as palavras do Presidente relativamente à tomada de posse do Professor Martinho, para recordar que na sexta-feira passada comemorar os 50 anos da Universidade de Aveiro, na qual nós marcámos também presença e onde esteve também Sua Excelência o Senhor Presidente da República. 50 anos que a Universidade de Aveiro comemora com título sugestivo - audácia e liberdade. Além de ser muito simbólico, foi também um momento muito bonito, porque foi uma cerimónia na qual foram atribuídos dois doutoramentos Honoris Causa: A Céline Cousteua, neta do conhecido historiador Jacques Cousteua, por um trabalho muito relevante em termos de natureza e daquilo que é o lugar do homem neste planeta que habitamos e que tem também relação muito próxima com a própria universidade; e também do Cardeal Tolentino*

*Mendonça, que também não deixa de ser uma outra dimensão naquilo que é a vida e a fé. E, portanto, acho que foram dois doutoramentos honoris causa, também muito simbólicos, que, de alguma forma, também ajudaram a abrihantiar esses 50 anos, mas que acho que foram também muito oportunos, não só por aquilo que me parece ser o reconhecimento público e que é devido a essas individualidades, mas porque, de facto, são duas dimensões da vida engraçadas e que tendem a cair no esquecimento. E, portanto, deixar aqui essa nota aos 50 anos da UA. E aproveitar a intervenção para desejar a todos umas festas felizes e um ano 2024 melhor do que foi 2023. Obrigado. =====*

*===== Intervenção do Senhor Vereador **José Campos** (gravação 00:33:05): Muito bom dia a todos. Senhor Presidente, na sequência da sua intervenção inicial, só pedir aqui esclarecimento adicional sobre uma questão dos Caminhos de Santiago, tem a ver com albergue de Cucujães: ele estará pronto, pelo menos, aparentemente, portanto, perceber qual o ponto de situação e saber quando é que poderemos esperar a abertura do albergue? E depois também fiquei aqui com uma dúvida, penso que não estar enganado, o Senhor Presidente falou da possibilidade também de em Oliveira de Azeméis na Estação de Comboios se encontrar ali uma resposta para os peregrinos. Sabendo que queremos a reformulação da Linha do Vouga, as obras de intervenção que se espera que venha a acontecer na Linha do Vouga, que a mesma possa vir no futuro a ganhar outra dimensão que não a que tem atualmente: Como é que poderá estar a ser pensado essa conciliação entre a estação, que terá que servir, obviamente, a Linha do Vouga, e algum espaço para os peregrinos? =====*

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Joana Ferreira** (gravação 00:34:25): Bom dia a todos e a todas. Eu vou ser muito direta e pragmática nas minhas intervenções, até porque elas assim o pedem. E as grandes questões que nos colocaram e que nós temos de colocar, porque, obviamente, não sabemos responder, prendem-se aqui com algumas questões de saneamento e também de pontos de ligação, nomeadamente na Rua das Laboeiras, aqui a questão que nos colocaram: é para quando a conclusão da abertura da rua com ligação ao antigo troço da nacional 327, portanto, que fica ali próximo Pedra Má em Cesar. Depois relativamente à Pedra Branca, questionarmos também sobre o ponto de situação da ligação do saneamento a São João da Madeira? Se já há acordo com alguns dos proprietários, para esta passagem para São João da Madeira? Sabemos que estamos também numa freguesia que já tem uma taxa de cobertura de saneamento que ronda, os 90% e, portanto, foi este pormenor que nos questionaram. Em relação à Rua das Laboeiras, nós sabemos também que já foi negociado com alguns proprietários, aliás, já começam a questionar: então, nós damos os terrenos e onde é que está a obra? Também percebermos se já está negociado com todos aqueles para os quais é necessária a abertura desta rua. E para finalizar, também relativamente à ligação de saneamento, prende-se com a Rua do Mato Grosso, ou seja, para quando esta ligação de saneamento à Rua da Canceleira? E permita-me, Senhor Presidente, desejar votos de um Feliz*

Natal, é uma altura para estarmos em família para refletirmos e para prepararmos 2024. Obrigada. =====

===== **Intervenção do Senhor Presidente** para dar resposta às intervenções anteriores (gravação 00:37:10): *Vamos então dar resposta às questões que nos foram colocadas. Em relação à criação de condições nesta freguesia: É esse o nosso papel, enquanto executivo, é o nosso papel enquanto autarcas, é procurarmos desenvolver os territórios de forma coesa, procurando que aqueles que estão menos desenvolvido sejam alavancados e se aproximem dos níveis desenvolvimento que são apresentados por outras freguesias. Isso que nós estamos a procurar fazer na freguesia de Maceira de Sarnes. Obviamente, queremos que todos os nossos habitantes, todos nossos fregueses, independentemente da freguesia onde vivem tenham sentimento de pertença forte e se sintam parte integrante da comunidade oliveirense. Mas para isso, não nos podemos limitar a ter declarações proclamatórias, temos que ter um conjunto de políticas públicas que permitam que essa relação se construa. E a primeira delas é, naturalmente, conforme eu venho dizendo, para termos um concelho forte, temos que ter inevitavelmente uma cidade forte. Ou seja, temos que ter motivos para que as pessoas encontrem na nossa cidade as respostas que porventura encontram noutras cidades. É evidente que a freguesia é uma freguesia pequena, a freguesia mesmo sendo pequena tem metade da área ou mais de metade da área que a cidade de S. João da Madeira, que é a tal cidade que tem este efeito atrativo sobre, digamos, não só esta freguesia, mas todas as freguesias de Oliveira de Azeméis com as quais faz fronteira. Nós estamos obviamente a criar condições para que a pressão se faça de cá para lá e não se continua a fazer como acontece de lá para cá. Isto faz de várias formas. Faz-se com a tal cidade forte que é preciso construir. Esta cidade que tenha essa força centrípeta, essa capacidade para atrair os habitantes das nossas freguesias, fazendo-o numa dimensão, naturalmente, cultural, fazendo-o pela qualidade dos serviços públicos que disponibilizam, fazendo através da oferta comercial que existe, fazendo através de um conjunto de respostas que, competem, naturalmente, a Câmara Municipal, mas competem também a toda a comunidade, a toda a sociedade, a toda a sociedade civil. Portanto, é isso que nós estamos a fazer. Julgo eu que é maior investimento de sempre alguma vez feito nesta escola básica. Porque, conforme eu venho dizendo, nós não seguimos uma intervenção, uma metodologia, um planeamento que trate meramente paliativos. Aquilo que nós fazemos é uma intervenção profunda nos espaços, neste caso concreto, através dos recursos humanos da autarquia. Todas as escolas que estão a ser intervencionadas, com estas intervenções mais morosas, são intervenções da responsabilidade dos funcionários da Câmara Municipal. A quem eu aproveito para agradecer. A quem eu aproveito para, aqui, publicamente, reconhecer o trabalho extraordinário que tem feito. Porquê? Porque chegam estas escolas e fazem realmente uma intervenção profunda que resolve não só os problemas que estão facilmente identificados, como alguns, por exemplo, que aqui foram referidos, mas muitos outros. E, por exemplo, no caso concreto da EB 1 de Macieira de Sarnes, a intervenção não se fez apenas no espaço escola, no espaço sala de aulas, que está pronta há muito tempo, já está pronto há muito*

*tempo. A obra é uma obra morosa, porquê? Porque se fez condução de águas pluviais no interior, que não existia, porque se criou ou caminhos de circulação à volta de toda a escola, criaram-se passeios à volta de toda a escola. Intervimos no parque infantil. Construámos de raiz um polidesportivo, um espaço exterior que vai receber brevemente relva sintética. Criámos um pequeno campo de basquetebol. Metemos mesas merendeira para que as nossas crianças tenham oportunidade de ter atividades no exterior e poderem, por exemplo, desfrutar de uma refeição no exterior. Portanto, há aqui um conjunto de intervenções que são intervenções absolutamente relevantes e que fazem uma coisa que para nós é particularmente importante: começam a exercer pressão precisamente aqui nos pais de S. João Madeira, que encontram aqui ao ladinho uma escola com todas as condições, com um espaço exterior muito importante, muito grande, muito apelativo. E, portanto, essa é uma forma de nós também criarmos esse sentimento de pertença que se faz, sobretudo através da ligação à terra onde nascemos e, naturalmente, à terra onde construámos as nossas raízes onde nós vivemos. E, portanto, aquilo que nós queremos é criar esse sentimento de pertença, fazendo em múltiplas dimensões: Esta freguesia tem efetivamente alguma limitação, ao nível das respostas públicas. É normal que muitas das nossas freguesias não tenham muitos equipamentos públicos. É também normal que num território onde não existe uma grande atividade industrial, as coisas sejam um bocadinho mais complicadas. E por isso é que se vai alterar profundamente essa realidade. Alterando no nosso Plano Diretor Municipal a realidade que nós temos e criando em torno da Rua dos Ingleses uma zona industrial que tenha a capacidade para albergar projetos de investimento, esperemos nós também criar alguma pressão nos concelhos vizinhos que começam a ter dificuldade ao nível de esse espaço de acolhimento. Por isso também é que nós apoiamos as obras de requalificação do Parque da Vessada e vamos fazer um investimento muito relevante, muito substancial neste projeto que foi aprovado, candidatura ADRITEM, na rota das Alminhas. E, portanto, digamos que, são investimentos relevantes que ajudam a construir a sentimento de pertença e que ajudam a criar resposta nas nossas freguesias que são absolutamente fundamentais para que as pessoas se sintam parte integrante da comunidade. Aliás, eu recordo, o remoto lugar de Vilarinho de São Luís que tem sido reiteradamente bafejado com candidaturas ADRITEM, que realmente permite que aquele punhado de gente valente que ali vive se sinta parte integrante da nossa comunidade. Em relação ao Cruzeiro: Naturalmente vamos avaliar a segurança estrutural do equipamento e vamos avaliar as necessidades de intervenção. Em relação às obras na escola: Eu já dei uma resposta. É evidente que, como acontece em tudo, sempre que os funcionários são necessários para acudir a uma situação urgente, nós, evidentemente deslocamos esses funcionários para essas situações urgentes. Sendo certo que, as vezes que temos retiradas funcionários da escola EBI de Macieira de Sarnes, não tem prejudicado o seu funcionamento, porque as salas de aulas estão a funcionar na sua plenitude e estão prontas há muito tempo. Em relação à caixilharia: Esta é uma das escolas que vai ser contempladas com a caixilharia, portanto, passará a ser um não problema. Em relação à rede UNIR: Nós temos vindo, dia após dia, em articulação com Área Metropolitana do Porto, a resolver os problemas. Mais uma vez, dar nota, porque é*

*muito importante que tenhamos essa consciência, que sistema de transportes, a responsabilidade da Área Metropolitana do Porto, não é da responsabilidade das câmaras municipais. As câmaras municipais, naturalmente, disponibilizam-se para cooperar e para ajudar a resolver os problemas com que os territórios são confrontados. E é isso que nós temos vindo a fazer. E, portanto, julgo que, dia após dia, muitos destes problemas que existem estão a ser resolvidos, muitos dos constrangimentos estão a ser resolvidos. A própria Câmara Municipal, quando percebeu que não havia capacidade para dar resposta a algumas situações particulares, avançou com a contratação do serviço de 5 autocarros para assegurar essas respostas. E, naturalmente, estamos a trabalhar todos os dias para que as 25 propostas de alteração que nós apresentamos às 50 linhas que foram definidas, sejam todas integralmente concretizadas. Mais uma vez reforço que, nós defendemos, fomos dos poucos municípios defendeu o adiamento de entrada em funcionamento das operações, porque efetivamente prevíamos e temíamos que dado o comportamento dos operadores que poderíamos vir a ter dificuldades. Efetivamente essas dificuldades estão a acontecer. Mas, julgo que, passado um mês, no próximo dia 01 de janeiro de 2024 teremos oportunidade de fazer o balanço e de perceber se efetivamente muitas das situações que efetivamente ocorreram no arranque da operação estão neste momento, sanadas ou, pelo menos, estão em grande parte atenuadas. Nós acreditamos que, estas coisas que não deviam acontecer, vão ser resolvidas e teremos um serviço, que é isso que esteve na base do lançamento do concurso, de grande qualidade a ser disponibilizado às pessoas, aos habitantes do território metropolitano. Naturalmente que, as questões relacionadas com os autocarros, com qualidade dos autocarros, com as paragens, todas essas questões vão ser dirimidas com o passar do tempo. Cada vez mais os autocarros que foram contratados, autocarros velhos, autocarros que estavam nas operações que deixaram de acontecer há muitos anos, enfim, vão desaparecer e teremos, digamos, a rede unificada com a mesma imagem e com autocarros atuais. Portanto, julgo que é isso que já está a acontecer neste momento. Já temos uma boa parte deles a circular no território metropolitano e muito brevemente teremos todos os autocarros com a mesma imagem e com os padrões que são obrigados do Euro 5 ou Euro 6, a circular no território metropolitano. Em relação ao jardim de infância de Nogueira do Cravo: Nós estamos a fazer obras profundas nos no Jardim de infância do Largo da Feira de 27. Esse edifício tem problemas desde sempre, tem problemas desde sempre e nunca foram resolvidos. Portanto, os problemas de humidade, os problemas de infiltrações, os problemas de escoamento, os problemas do quadro elétrico constantemente a desligar-se, os problemas da falta de recreio, os problemas da falta de condições generalizada em todo jardim de infância são efetivamente uma realidade. O jardim de infância do Largo da Feira dos 27 está subaproveitado. E nós para fazermos obras naquele equipamento, portanto, a perspetiva depois será refletida se poderemos eventualmente concentrar tudo naquele jardim infância ou não, depende da perspetiva que vier a ser decidida. Nós fomos lá, como a senhora vereadora disse, atenuar o problema. O problema não se mantém. O problema, efetivamente obriga a uma mudança radical das condições que lá estão. Portanto, nós o que fomos lá foi resolver aquele problema em concreto tendo consciência de*

*que a cobertura precisa de uma intervenção profunda, as instalações precisam de uma intervenção profunda. Nós nunca negamos e sabemos bem o que é que temos que fazer naquele espaço. Mas não é possível fazer essa intervenção de fundo sem termos condições para alojar as nossas crianças. E portanto, vamos criar condições para que esse edifício seja intervencionado e para isso, naturalmente, teremos que deslocar as nossas crianças para o jardim de infância que está neste momento também ser requalificado. É evidente que, as crianças desse jardim de infância têm refeições quentinhas, no outro jardim de infância também têm refeições quentinhas e em todos os jardins de infância do nosso concelho têm refeições quentinhas. Agora, deixe-me que lhe diga, que esse jardim de infância, tendo sido construído de raiz para o efeito, devia ter acautelado aquilo que é importante para as crianças que são todas as condições, não só de aprendizagem, mas também que as crianças tenham espaço de recreio e de lazer digno. Efetivamente, não existe nessa escola, o espaço é absolutamente diminuto, é um espaço muito pequenino, é um espaço muito limitado. E obviamente que não temos condições naquela escola para albergar muito mais crianças, se queremos que essas condições, sobretudo do espaço exterior, sejam também uma resposta que faça parte das respostas que nós queremos disponibilizar às nossas crianças. A poda das árvores: Nós acabamos de fazer muito recentemente a poda das árvores na escola Maria Godinho. Temos feito várias podas de árvores, isso é uma constante. Esse planeamento é feito, seja no espaço público, seja no espaço público escolar. E com certeza que também no jardim de infância de Nogueira do Cravo, a seu tempo, faremos essa intervenção. Absolutamente de acordo de que as condições neste jardim de infância de Nogueira do Cravo ..., mas deixe-me que lhe diga, nos dois jardins de infância não são dignas. Deixe-me que lhe diga também que, este parque infantil não tem condições de dignidade, mas também o outro parque infantil do outro jardim de infância também não tem condições de dignidade, como não tem muitos de parques infantis nas nossas escolas. E, portanto, tem sido feito esse trabalho de recuperação. Foi lançado muito recentemente um procedimento para vários parques infantis, não só para as requalificações, mas também para a construção de novos parques infantis. Esse procedimento vai avançar. Já temos um concorrente vencedor, é uma empresa oliveirense que vai fazer essa implementação. Estamos absolutamente de acordo, em relação à falta de dignidade no nosso parque escolar. E por isso é que, ano após ano, nós estamos a fazer intervenções que permitem mudar essa realidade, como está a acontecer, aliás, aqui na EB 1 de Macieira de Sarnes, mas fazendo-o de forma estrutural, de forma definitiva e não de forma paliativa. Em relação à intervenção da senhora vereadora Inês Lamego, os 50 anos da universidade de Aveiro: Foi uma excelente referência, efetivamente. É uma universidade que, apesar de ser muito jovem, é uma universidade que tem neste meio século granjeado um grande prestígio internacional e é hoje uma grande referência naquilo que é, digamos, a academia no nosso país. É evidente que, também, para nós é particularmente importante termos hoje um Reitor, doutor Paulo Ferreira, que é uma pessoa que tem uma grande sensibilidade para as questões, digamos, da internacionalização da própria universidade, mas também para as questões ligadas com o relacionamento da universidade com o tecido económico, com as regiões. E, portanto, está a*

*dar um impulso significativo nesse domínio e está a olhar para as escolas, para os polos que tem, quer o Polo de Águeda, quer o Polo de Oliveira de Azeméis, com a devida atenção que esses Polos realmente merecem. E finalmente temos na Universidade de Aveiro alguém que interpreta da melhor maneira aquilo que deve ser o papel que estas escolas desempenham. Aquilo que eu acredito é que, efetivamente, os próximos 50 anos da Universidade de Aveiro vão ser 50 anos auspiciosos, vão ser 50 anos que vão ajudar a transformar completamente a realidade da Universidade de Aveiro, do Núcleo de Aveiro, mas também aquilo que é a presença da Universidade de Aveiro no território, mais concretamente nos Polos de Águeda e no Polo de Oliveira de Azeméis, onde há uma fortíssima vontade por parte, naturalmente, da Reitoria, mas também por parte dos Diretores de cada uma das escolas para que o papel que essas escolas desempenham seja cada vez mais um papel, não só de complementaridade, mas um papel muito relevante nas respostas que a própria Universidade de Aveiro, no seu todo, consegue assegurar. Em relação à intervenção José Campos: Dar duas breves notas: Realmente, o albergue de peregrinos ainda não está pronto. Aliás, neste momento são visíveis as obras que estão a ser feitas da abertura de uma vala para a instalação da rede de água e saneamento, no albergue de peregrinos, que não tinha essa resposta. Portanto, a estação tinha uma fossa e tinha água que não era água pública. Portanto, estamos a criar essas respostas, porque achamos que num albergue esse tipo de respostas são absolutamente fundamentais. Depois, o que falta é decorar o espaço interior com um conjunto de material que nos foi disponibilizado pela área museológica da CP, material que nos vai ajudar a manter a identidade do edifício transmitindo também aos peregrinos alguma da história do edifício, mais concretamente até da Linha do Vale Vouga. Quando é que esperamos inaugurar? Esperamos inaugurar no primeiro trimestre 2024. Em relação à estação de Oliveira de Azeméis: A estação está concessionada a privados. A CP concessionou a estação, o espaço estação está concessionado a privados. E, portanto, essa resposta que venha a acontecer no futuro, após a requalificação da linha do Vale Vouga, essa resposta terá que ser encontrada. Sendo certo que hoje o conceito que é utilizado, é um conceito um bocadinho diferente dessas estações de grandes dimensões físicas. Aquilo que nós estamos a falar é de todo o outro espaço, todo o espaço para além da estação propriamente dita. E a resposta que nós estamos a falar, em termos de criação de condições, não só para esta resposta para os peregrinos, mas para ser utilizada sempre que foi necessário, é uma casa que faz parte daquele núcleo, uma casinha que tem ali perto que faz parte da estação e património da CP. E é essa casa que nós vamos requalificar, o terreno, toda a envolvente, do outro lado também a criar um parque de estacionamento de apoio à estação, mas também de apoio a parte poente da cidade. Vamos também requalificar um armazém que lá está, procurando transformar no Museu da Linha do Vale Vouga. Mas o processo negocial está a decorrer. São processos tremendamente morosos que têm de ser aprovados pela administração. Ainda esta semana, em relação à estação de Oliveira de Azeméis, mandamos mais algumas sugestões de correção à minuta inclui, incluindo questões ligadas à proteção de dados e outras questões que nós achamos que faz sentido estarem plasmadas na minuta de acordo. E julgo que, em janeiro de 2024, teremos condições*

*para ter luz verde por parte da CP em relação à concessão e podermos, a partir daí, adjudicar um projeto e depois, naturalmente, fazermos acontecer esse projeto. Mas digamos que a resposta é na perspetiva de que quem atravessa o nosso território ter também na cidade a possibilidade de ficar alojado, pernoitar. Se não o quiser fazer, depois, obviamente, segue para norte na direção de Cucujães e terá também no albergue de peregrinos de Cucujães uma resposta. Objetivamente, quando nós começamos este processo, o objetivo era ficar também com a estação de Oliveira de Azeméis e fazermos exatamente aquilo que foi feito na estação Cucujães. Entretanto, pelo meio, apareceu esta possibilidade de um privado. Claro que este privado paga as instalações, portanto, significa rentabilidade para a CP. A Câmara de Oliveira de Azeméis, não paga rigorosamente nada, é responsável apenas pela conservação, manutenção e limpeza de espaços envolventes. É essa contrapartida. Neste caso, a contrapartida de natureza financeira, uma contrapartida ainda substancial no entendimento da CP. E, portanto, a CP entendeu concessionar o espaço a um privado. E foi o privado que fez as obras de requalificação de todo o espaço. Mas tudo o que vai para além do espaço estação será concessionado à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e, portanto, há ali também pano para mangas para fazer acontecer coisas muito interessantes. Em relação a intervenção da vereadora Joana Ferreira, sobre a Rua das Laboeiras, a conclusão da abertura da ligação dessa rua à EN 327. Efetivamente, alguns proprietários já se disponibilizaram para ceder terreno, para negociar com a Câmara Municipal, mas há proprietários que ainda não. E, portanto, nós estamos a procurar ultrapassar os problemas que temos com um ou outro proprietário para que seja possível fazer a intervenção. Sem isso não é possível sequer avançar. Portanto, não vamos fazer um projeto para a intervenção sem termos a garantia de que, por parte dos diferentes proprietários, existe condições para a execução da via. É um processo negocial que que temos vindo a fazer. Neste momento, faltam dois proprietários. Vamos ver se conseguimos resolver os problemas com esses dois proprietários para se construir esta rua, que é realmente importante, para fazer esta ligação da freguesia à EN 327. Em relação a Pedra Branca e a ligação de saneamento: O acordo com S. João da Madeira está feito, falta resolver o problema com um proprietário. Portanto, precisamos de uma servidão, de uma passagem num terreno, e estamos a tentar resolver o problema com esse proprietário para fazer essa ligação. Mas, digamos, tudo aquilo que era necessário fazer em termos do acordo com o nosso vizinho, o município de São João da Madeira, está feito, portanto, há a disponibilidade para receber as águas residuais deste lugar, falta-nos apenas e só ter a possibilidade de termos autorização para fazer esta travessia neste privado para podermos fazer essa essa ligação. Em relação à ligação da Rua do Mato Grosso e da Rua da Canceleira: neste momento as obras foram interrompidas, durante 15 dias, mas vão continuar e, portanto, deixa de ser uma questão também, essa essa essa essa obra vai ser feita. =====*

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara Municipal apreciou e tomou conhecimento dos seguintes documentos:  
- Modificação Orçamental nº 25/2023; - I/77950/2023 - Relação dos alvarás de licenças e autorizações de utilização emitidas pelo Núcleo de Competências de Apoio Técnico Administrativo da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, no período de 30/11/2023 a 15/12/2023. =====

===== **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS** (gravação 00:59:30): O Senhor Presidente colocou à votação a ata nº 53 (I/77175/2023), a qual foi aprovada por unanimidade. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **AUTORIZAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA - AMTSM (I/77903/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 00:59:50): Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a efetuar para participação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura nº 171/2023: 3.737,85€ - Transferências Correntes de Outubro de 2023; Fatura nº 177/2023: 2.576,87€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Outubro de 2023; Fatura nº 183/2023: 12.200,18€ - Revisão de Preços do Sistema de Tratamento de Águas Residuais (STAR) de 12/2018 e ano 2019; Fatura nº 184/2023: 12.280,09€ - Revisão de Preços do Sistema de Tratamento de Águas Residuais (STAR) do ano 2020; Fatura nº 185/2023: 16.170,15€ - Revisão de Preços do Sistema de Tratamento de Águas Residuais (STAR) do ano 2021; Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível o nº 20 de 2023, conforme determina a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro e DL nº 127/2012 de 21 de Junho e respetivas alterações.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **CRIAÇÃO DOS FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO 2024 (I/77924/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 01:00:15): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Contextualizado no Dec. Lei 192/2015, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP, harmonizado com o conteúdo do disposto no ponto 2.9 das considerações técnicas do POCAL - Dec. Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, procedimentos estatuidos na norma dos Fundos de Maneio aprovado no Plano Global de Gestão de Riscos do MOA e ainda nos termos do artº 10º do DL nº 127/2012 de 21 de Junho, remeto para aprovação do Órgão Executivo a constituição dos Fundos de Maneio para o ano 2024, de acordo com a listagem em anexo (documento esse que fica

arquivado em pasta anexa ao livro de atas).” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

= **NÚCLEO DE COMPETÊNCIAS DE AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA** =

===== **PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS, RELATIVAS À EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO - DESPACHO I/74968/2023 (I/74966/2023) - RATIFICAÇÃO** (gravação 01:00:50): Pelo Senhor Vereador Rogério Ribeiro, foi

apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Associações Culturais e Juntas/Uniões de Freguesia promoveram atividades ruidosas temporárias, tendo sido solicitado a isenção do pagamento das taxas de emissão de alvarás de licença especiais de ruído; As referidas entidades e as atividades ruidosas temporárias enquadram-se no escopo, regime e critérios de isenção total, previstos e fixados pela Assembleia Municipal no âmbito da aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, nos termos e abrigo das alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 6.º, do referido regulamento; Os valores das taxas isentadas, para a emissão dos alvarás solicitados, são os constantes na tabela 2; Ao isentarem-se as referidas taxas o Município de Oliveira de Azeméis estará a apoiar, promover e a incentivar a prática de festividades tradicionais e culturais, justificando-se assim o interesse público municipal e até como forma de incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, religiosas, entre outras nos termos e para os efeitos do art.º 23.º n.º 2 alíneas e) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; Nos termos do n.º 9, do Art.º 16.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual, o reconhecimento do direito à isenção é da competência da Câmara Municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da Assembleia Municipal, no caso via critérios estabelecidos no regulamento citado; Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1, do Artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio à realização de eventos com interesse para o município e apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; Assim, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações e dadas as circunstâncias excecionais e por motivo de urgência não ter sido possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, e no uso excecional das competências atribuídas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, foi reconhecido o direito à isenção do pagamento das taxas para as atividades ruidosas temporárias referidas na tabela 2, também apresentada no documento anexo à presente proposta, devendo este ato ser submetido a ratificação na reunião de Câmara Municipal. Mais se efetue a devida publicação, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do Art.º 79º da Lei n.º 73/2013.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **TARIFÁRIO DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS PARA 2024 (I/77091/2023) - APROVAÇÃO** *(gravação 01:01:25)*: Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. A submissão do ficheiro de formação de tarifários para 2024 à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), em cumprimento do estipulado no artigo 21º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a qual emitiu o parecer ERSAR O-006255/2023 (anexo) em 21/11/2023, que faz parte integrante da presente proposta de deliberação; 2. A informação I/77076/2023 que analisa e fundamenta as recomendações constantes do parecer da ERSAR relativamente à proposta de tarifários a aplicar em 2024; 3. Que nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea e), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, compete à Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras; 4. Que na sequência do parecer emitido pela ERSAR, se conclui que a estrutura tarifária proposta, previsivelmente, garantirá a cobertura de custos associados à gestão de resíduos urbanos, sem colocar em causa a boa acessibilidade económica ao serviço; 5. Que, em respeito pelo regulamento aprovado, a aplicação dos critérios de elegibilidade previstos no Decreto-Lei 147/2017, de 5 de dezembro, traduz-se num universo de beneficiários de cerca de 790 clientes elegíveis pela segurança social e autoridade tributária, segundo os dados de 2022, conforme análise pela DGAL; 6. Que nos termos do nº 4 do artigo 2º do Decreto-Lei 147/2017, de 5 de dezembro, os municípios podem estabelecer outros critérios de referência, desde que não sejam restritivos em relação aos definidos no considerando anterior, sendo por isso elegível o universo de detentores do cartão municipal sénior social cujo rendimento per capita do agregado, proveniente de ordenados, pensões, subsídios ou outras subvenções, não ultrapasse o valor do indexante de apoios sociais (IAS) em vigor para o ano 2024; 7. Que está previsto na alínea c) do nº 2, conjugada com o nº 5 ambos do artigo 64º do regulamento municipal em vigor, que quando a indexação ao consumo de água não se mostre adequada a atividades específicas que os utilizadores não-domésticos prosseguem, a tarifa variável de gestão de resíduos urbanos é reajustada tendo em conta o perfil do utilizador não-doméstico. **Propõe-se:** A aprovação pela Câmara Municipal do Tarifário de Recolha de Resíduos Urbanos para 2024, com atualização de 2% das tarifas e da taxa de gestão de resíduos, imposta pelo decreto-lei nº 102-D/2020, de 10 de dezembro, definido nos termos do artigo 62º e seguintes do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana (RSGRULU).

| Tipo de utilizador | Tarifa Disponibilidade (diária) | Tarifa Variável     | Repercussão da TGR  |
|--------------------|---------------------------------|---------------------|---------------------|
|                    | €/dia                           | €/m3 água consumida | €/m3 água consumida |
| Doméstico          | 0,1559€                         | 0,6024€             | 0,2051€             |

|                  |               |         |          |         |
|------------------|---------------|---------|----------|---------|
| Não-Doméstico    |               | 0,2727€ | 1,0543€  | 0,2051€ |
| Tarifário Social | Doméstico     | 0,1559€ | 0,03012€ | 0,2051€ |
|                  | Não-Doméstico | 0,2727€ | 0,5271€  | 0,2051€ |

O ajustamento da tarifa variável, a requerimento dos clientes não-domésticos que prosseguem atividades específicas cuja indexação ao volume de água não se revele adequada, ao consumo médio de água calculado para os clientes não-domésticos, o qual corresponde a 14m<sup>3</sup> para aplicação em 2024.” A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** interveio da seguinte forma (gravação 01:03:30): Senhor Presidente, a discussão tem sido repetida ao longo dos anos, as nossas objeções continuam as mesmas. O aumento, este ano, não é tão significativo como foi o último aumento, que ainda foi também este ano, e foi um aumento tão significativo que teve um impacto nas faturas enormíssimo. Eu posso dizer, a título de exemplo: antes deste, o tarifário que nós aprovámos em março - eu pagava, em média, 7,78€ de resíduos sólidos, com o novo tarifário passei a pagar 13,90€, em média; portanto, há aqui um aumento de 6€, ou seja, o aumento foi quase para o dobro. Pode-se dizer que é um aumento grande. Numa fatura desta dimensão, o impacto, nós conseguimos amortiza-lo. Isto é apenas um exemplo de uma fatura de um consumidor doméstico com 3 pessoas. Agora, o impacto, numa família com mais pessoas, numa família de numerosa, numa associação, numa IPSS, é outro, com certeza. Portanto, o que é que eu quero dizer com isto: Este aumento este ano não é tão significativo, mas durante estes últimos meses não foi feito nada para atenuar este impacto do aumento tarifário nas famílias e nas e nas IPSS, por exemplo, como não tem sido feito nada ao longo dos últimos anos. Nós temos vindo sempre a falar da necessidade da criação de um do tarifário especial para as famílias mais numerosas, da necessidade de se olhar para as instituições que sofrem um impacto grande com estas tarifas. Sabemos que a responsabilidade não é exclusiva da autarquia, porque a TGR é fixada pelo Estado Central. Mas sabemos que as responsabilidades do Estado Central são muitas e não há nenhuma resposta ao problema dos lixos, a não ser taxar e penalizar as famílias, penalizar as empresas, penalizar as autarquias também. Portanto, isto não é resposta. E a Câmara Municipal também não fez nada para atenuar este impacto. E este ano, ao aumento do ano passado acresce outro aumento. Portanto, isto é uma divergência de fundo. Nós, em Oliveira de Azeméis, continuamos sem estas respostas que temos vindo a falar, continuamos sem um ecocentro municipal, apesar de terem sido feitos algumas melhorias ao nível da recolha de lixos e temos agora também as recolhas dos resíduos domésticos e todas essas melhorias que, de facto, nós aqui sempre aprovámos também e saudamos, entendemos que deve ser feito mais. Portanto, este impacto do aumento tarifário da recolha dos resíduos, sobretudo impacto do último aumento, não foi feito nada para o atenuar. Nós não podemos votar favoravelmente este novo tarifário e gostaríamos que houvesse medidas por parte da autarquia para apoiar as instituições, apoiar as famílias mais numerosas para que pudessem e, de alguma forma, pudesse também ter aqui um mecanismo de diferenciação entre as famílias que já fazem a recolha seletiva dos resíduos e as que não fazem. e, portanto, é todo um caminho que nós temos que percorrer e que devemos começar a percorrê-lo em passo mais acelerado do que aquele que temos feito. E, portanto, não podemos

concordar com mais este aumento tarifário, sabendo os condicionalismos que isso que isso tem. O **Senhor Presidente** referiu que <sup>(gravação 01:08:20)</sup>: Duas breves notas: a primeira, enfim, naturalmente, para discordar que a Câmara Municipal não tem feito nada para atenuar estes aumentos. Tem feito muito para procurar atenuar estes aumentos. E investimento que está a fazer, por exemplo, na questão dos biorresíduos: resíduos alimentares e dos resíduos verdes, é um excelente exemplo. É um investimento substancial, um investimento enorme que está a ser suportado, em grande parte, pela Câmara Municipal. É evidente que não temos ainda um ecocentro. Mas ao podíamos ter se alguém o tivesse construído em devido tempo. Aliás, o único legado que foi deixado efetivamente, em termos de políticas de resíduos, foi o aterro da Serra do Pereiro com todas as consequências ambientais que ainda hoje perduram e que lesaram gravemente a população de Ossela e que lesaram gravemente o nosso Concelho. E, portanto, digamos que, esse que é o legado que nós temos em matéria de resíduos sólidos urbanos. Esta é uma questão demasiado séria para ser tratada com leviandade. Portanto, a questão dos resíduos é um problema nacional e é um problema da própria Europa. Nós temos os nossos aterros municipais completamente congestionados com um prazo de vida de exíguos anos. É evidente que tem que haver muitas coisas a acontecer em simultâneo. O Município de Oliveira de Azeméis é um dos municípios que, aqui no Norte, se compromete com as metas de neutralidade carbónica até 2030. Portanto, é uma perspetiva de enormíssima ambição. Isso passa por uma mudança comportamental em vários domínios, inclusive neste domínio da produção de resíduos, porque os resíduos, naturalmente, não são só resíduos urbanos. Há também questões ligadas com resíduos industriais, mas este tarifário que estamos aqui a falar apenas se refere aos resíduos sólidos urbanos. E, portanto, aquilo que nós temos que fazer são várias coisas: Uma delas é avançar cada vez mais com a seletividade da recolha. E esta é uma responsabilidade da Câmara Municipal que tem de criar meios para que a recolha seletiva seja possível, mas, ao mesmo tempo, tem que criar - e isso tem sido feito de forma recorrente, seja nas nossas escolas, seja através de intervenções junto da própria população, até, muitas vezes em articulação com os nossos parceiros - sensibilização nas pessoas para a importância da deposição seletiva do lixo. É absolutamente fundamental, que nós, tendo possibilidade de diferenciar o lixo, evitamos continuar a meter todo o lixo, lixo podia ser recuperado, lixo que podia ser recondicionado, no lixo indiferenciado. E, portanto, há aqui uma mudança de comportamento que tem que existir necessariamente por parte da população, para que depois veja refletida na tarifa que lhes é cobrada essa mudança comportamental. E tem que, ao mesmo tempo, haver, por parte, das Câmaras Municipais e do próprio Governo uma mudança legislativa que permita que muitos dos resíduos que hoje são produzidos sejam reduzidos substancialmente. Isso faz-se nos mais variados domínios. Este não é, naturalmente, o tempo nem o momento para o estarmos a discutir. Mas, efetivamente, há um conjunto de coisas que podem fazer no domínio das embalagens, no domínio de um conjunto de coisas que ajudarão substancialmente a redução do lixo indiferenciado que nós mandamos para aterro. E depois, é preciso, também, arranjar soluções alternativas à deposição de aterro. Há várias soluções que estão a ser ensaiadas em várias geografias na Europa, a queima é uma delas. Mas nós,

*efetivamente, não temos tido aqui, estou a falar naturalmente dos sistemas de tratamento de resíduos em alta, não temos tido aqui a pró atividade que nos permite resolver os problemas. Dar também nota que, no que ao aumento dos tarifários diz respeito, o Município de Oliveira de Azeméis é um dos municípios que esteve na base de uma providência cautelar que foi apresentada contra os aumentos que foram apresentados pelo operador, neste caso concreto pela ERSUC, que é, digamos, operador em alta que serve o nosso território. Uma providência cautelar que continua nos tribunais a prosseguir, porque, objetivamente, discordamos destes aumentos substanciais que nos estão a ser impostos. E estes aumentos resultam de duas componentes: do aumento substancial do processo de tratamento em alta. O custo por tonelada tem evoluído dramaticamente. E também por esta imposição legal da taxa de gestão de resíduos que é aplicada a territórios, que é aplicada a regiões que mais enviam lixo para aterro. Efetivamente esta região, estes municípios, estes muitos municípios que são servidos pela ERSUC, não têm outra alternativa que não seja esta do envio para aterro. E, portanto, esse caminho, é um caminho que tem que necessariamente ser feito. Deixe-me só dar nota que, nós estamos a falar de um aumento de 2% que estamos a submeter à vossa aprovação. E há aqui municípios vizinhos, deixe-me só dar nota das percentagens de aumento que vão acontecer de municípios vizinhos, que fazem fronteira connosco: 60.35% de aumento, é a sugestão que vão apresentar de aumento dos tarifários e 61.33% de aumento. Por aqui percebemos a alteração profunda que vai resultar também nos tarifários desses munícipes. Nós temos tentado várias coisas que nos permitem resolver estes problemas. É evidente que os tarifários especiais para as famílias mais numerosas, não tem parecer favorável da ERSAR, são considerados ilegais e, portanto, não podem ser aplicados e os munícipes que o fazem estão e vão ter problemas com isso. Mas aquilo que nós temos que fazer é, objetivamente, sermos, em termos do país, ambiciosos na forma como nós olhamos para as questões resíduos. É importante percebermos que isto é um problema seríssimo e por isso é que os nossos aterros estão completamente congestionados e tem que haver um conjunto de medidas que permitam resolver este problema. É evidente que aquilo que se assiste é que, também, muitas vezes, esses sistemas não tinham financiamento que era necessário para que os operadores pudessem investir para criar essas respostas. Neste momento, julgo que são essas as respostas que estão a ser criadas. Inevitavelmente, nós, nos próximos 2, 3, 4 anos, teremos que mudar radicalmente a forma como fazemos as coisas, temos que arranjar soluções para o problema, vejo muita gente a assobiar para o lado, infelizmente, mas, no caso concreto de Oliveira de Azeméis nós temos essa preocupação. E deixe-me que lhe diga, senhora vereadora, que o Ecocentro Municipal vai ser uma realidade em 2024. O projeto de arquitetura está feito. Neste momento estamos a contratar os projetos de especialidade, logo que tenhamos projeto especialidade prontos a obra será lançada a concurso. Não me pergunte quando é que vai que vai acabar, quanto é que vai demorar. A única coisa que eu lhe posso dizer é que: em 2024 o Ecocentro Municipal vai ser uma realidade, o início da sua construção vai ser uma realidade. Uma necessidade que é reconhecida por todos, que ambicionada por todos e que temos também oportunidade de finalmente de concretizar. Portanto, dizer que, efetivamente, é um problema preocupante, este*

problema dos resíduos sólidos urbanos. Temos aqui um aumento que, é um aumento de 2%, é um aumento muito abaixo da inflação, mas não deixa de ser um aumento num tarifário que já elevado. Agora, obviamente que, para esse tarifário, não contribui, digamos, a inatividade da Câmara Municipal, muito pelo contrário, é em resultado da nossa pró-atividade que nós vamos criar condições para que este tarifário eventualmente possa ser corrigido no futuro e possa ser muito menos impactante, muito menos oneroso para as famílias oliveirenses. A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** colocou a seguinte questão *(gravação 01:16:04)*: Em relação à providência cautelar que o Senhor Presidente referiu que o município esteve na base, qual foi o resultado dessa providência cautelar? O **Senhor Presidente** respondeu *(gravação 01:16:12)*: Não foi dado provimento aos municípios, mas recorremos da decisão. A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** referiu que *(gravação 01:16:18)*: Estamos a aguardar a decisão do recurso. E da outra questão o que o Senhor Presidente falou, sobre a necessidade de incentivo à seletividade da recolha de lixo: Isso estamos todos de acordo. É preciso também uma sensibilização das famílias, mas sabe que também não é um incentivo à recolha seletiva quando as famílias se dirigem aos ecopontos e os ecopontos estão completamente cheios e têm que voltar a levar o lixo para casa ou, então, o que alguns fazem é colocar no contentor mais próximo. Isto acontece recorrentemente. Os próprios ecopontos é que deviam ser reciclados, porque os ecopontos estão num estado de degradação e de sujidade que são inadmissíveis. Portanto, não é convidativa que uma pessoa se dirija ali. Já para não falar na envolvência que, como já referi aqui diversas vezes, é inclusive perigosa, com vidros partidos, com o lixo com sujidade. Portanto, isso também não ajuda nada ao incentivo à recolha seletiva. Isso é um aspeto recorrente, temos vindo a falar, eu tenho falado com o Rogério, o Rogério sabe isso muito bem, mas são um incumprimento constante e permanente e isso também não ajuda nada as pessoas evoluírem para essa recolha seletiva. O **Senhor Presidente** referiu que *(gravação 01:17:40)*: Senhora vereadora, eu também sou utilizador e reconheço que esses problemas existem ou alguns desses problemas existem. Efetivamente a questão dos contentores cheios, os ecopontos cheios, é uma questão que não tem acontecido tanto ultimamente, era vulgaríssimo termos os nossos ecopontos completamente cheios e percebia-se que não havia a frequência de recolha adequada, porque tínhamos vários ecopontos cheios e tínhamos vários tipos de recolha cheios, ou seja, tínhamos o papelão e tínhamos o vidro, tínhamos ambos ecopontos cheios e, portanto, significa que a frequência da recolha realmente não era eficaz. Não se tem verificado isso. Eu sou o maior crítico, enfim, dessas más práticas. Naturalmente, quando vejo alguma melhoria no serviço também tenha capacidade e o reconhecer. Efetivamente, houve períodos onde havia dificuldades enormes ao nível dos motoristas, ao nível da disponibilidade, esse problema foi sanado. Não tenho sentido essa pressão, neste momento. Continuo a sentir pressão ao nível daquilo que são as obrigações do operador com a higienização dos contentores, isso sim. E, portanto, continuamos a insistir com a higienização, quer dos ecopontos, quer dos contentores e também com a sua manutenção. É muito importante que essa que essas operações que estão previstas sejam feitas e também a limpeza do espaço envolvente. Evidente que, muitas vezes, aquilo que acontece no espaço envolvente, o mau aspeto que ali se tem, resulta também do

*comportamento das pessoas que deixam que os vidros fiquem ali e não têm a preocupação de os recolher. E, portanto, há aqui uma questão de civismo que tem que funcionar em paralelo com uma melhoria da eficiência do serviço, não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma sobre isso. O que é um facto é que, muitas vezes, todos nós assistimos a grandes quantidades de lixo que são depositadas nos contentores: monos, sofás, banheiras, louças sanitárias, mobiliário, enfim, há aqui necessidade também de haver uma mudança profunda no comportamento das pessoas. Esperamos que o Ecocentro Municipal, que será um espaço que permitirá recolher quase todos tipos de lixo, seja efetivamente uma resposta que as pessoas utilizem com grande intensidade porque, obviamente, se as pessoas continuarem a manter este comportamento, não podem esperar resultados diferentes daqueles que temos. Todos os dias, isto não é exagero, todos os dias temos comportamentos inadequados. Temos empresas que depositam pneus, que depositam resíduos de reparações de automóveis em espaços onde estão proibidos de o fazer. Estes comportamentos têm que ser denunciados, têm que ser punidos severamente e temos que aos poucos também corrigir o comportamento das pessoas, porque é o comportamento das pessoas que induz também muitas destas práticas que nós estamos aqui a falar. E naturalmente é preciso cada vez mais continuar a investir nas novas gerações, na sensibilização dessas novas gerações que, aparentemente, são muito mais responsáveis do que nós. E, portanto, espero, também, que as gerações que nos sucedam não sejam contribuintes para o estado de coisas que nós hoje permitimos que aconteçam, porque eu não tenho dúvidas que é o resultado da nossa atuação, da nossa forma de ser e da nossa forma de estar, que leva a que muitas destas coisas sejam apontamentos negativos que todos nós identificamos com alguma facilidade e que poderiam fase ser facilmente evitados se as pessoas cumprissem aquilo que está disposto e uma das coisas é, por exemplo, quando os contentores estão cheios as pessoas não devem depositar o lixo, não o devem deixar lá, tem que levar para casa outra vez. Sabemos que é desconfortável. E também gostaríamos muito que as pessoas, tendo a Câmara Municipal disponível um serviço de monos, recorressem a serviço de monos e não metessem colchões e frigoríficos e televisores, um conjunto material que nós diariamente vemos no espaço público. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três votos contra dos Senhores/as Vereadores/as do PSD, cinco votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== PROPOSTA DE ALARGAMENTO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ÁGUA DO SUL DO GRANDE PORTO, A NOVE MUNICÍPIOS (I/77905/2023) - EMISSÃO DE PARECER** *(gravação 01:22:05)*: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - O ofício enviado pela empresa “Águas Douro e Paiva, S.A.” de 05.12.2023, pelo qual solicita a emissão de parecer sobre proposta de “Alargamento do sistema multimunicipal Água do sul do Grande Porto”, aos Municípios de Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Sátão, Vale de Cambra, Viseu e Vouzela (E/38808/2023), que desejam tornar-se utilizadores, conforme se anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que nos termos do

mesmo resulta proposta de prorrogação da concessão, por um período de 10 anos, nos termos previstos no n.º 2 do art.º 10.º da DL n.º 16/2017, de 01.02. e na clausula 5.º, n.º 2 do Contrato de concessão de 22.02.2017, entre o Estado e a referida empresa; - Que pelo ofício é comunicado que do alargamento não decorre a realização de qualquer aumento de capital social das águas de Douro e Paiva, S.A., nem implica modificação das percentagens do capital subscrito e realizado pelos municípios, nos termos definidos no anexo I, do DL n.º 16/2017; Propõe-se: A emissão de parecer sobre a proposta apresentada pelas “Águas Douro e Paiva, S.A.”. A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** referiu que (gravação 01:23:50): Senhor Presidente, nós vamo-nos abster. Não temos informações suficientes. Vamo-nos abster. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três abstenções dos Senhores/as Vereadores/as do PSD, cinco votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente, emitir parecer favorável à proposta de alargamento do sistema multimodal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, aos municípios de Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do castelo, São Pedro do Sul, Satão, Vale de Cambra, Viseu e Vouzela. =====

===== **PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO PARA O ANO DE 2024 (I/77044/2023) - APROVAÇÃO CONDICIONADA** (gravação 01:24:10): Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “A INDAQUA OLIVEIRA DE AZEMÉIS - Gestão de Águas de Oliveira de Azeméis, S.A. apresentou através da comunicação com a ref.ª NL/CED-28850, de 13 de outubro de 2023, proposta de atualização do tarifário para o ano de 2024, a qual decorre do Contrato de “Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e da Recolha, Tratamento e Rejeição de Águas Residuais no Município de Oliveira de Azeméis” outorgado a 05-07-2013. A referida proposta foi remetida pela INDAQUA OLIVEIRA DE AZEMÉIS a parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Nessa sequência a ERSAR, através da comunicação com a ref.ª I-001619/2023, de 21 de Novembro de 2023, emitiu parecer sobre a proposta apresentada pela concessionária, que foi objeto de reclamação por apresentar erros nos quadros relativos às tarifas de saneamento de águas residuais conforme missiva anexa, sendo que é expectável que apenas na reunião do Conselho Diretivo da ERSAR a ocorrer no dia 22/12/2023 o mesmo seja objeto de apreciação final e como tal, fora de prazo para uma deliberação atempada. Atendendo à proposta de atualização do tarifário para o ano de 2024, apresentada pela INDAQUA OLIVEIRA DE AZEMÉIS e considerando a relevância de se iniciarem todos os procedimentos administrativos, com vista à entrada em vigor do tarifário para 2024. Que em anexo à presente deliberação, onde consta uma proposta de atualização do tarifário para o ano de 2024, na qual toda a estrutura tarifária é apresentada de acordo com o Contrato de Concessão. Que ainda se fazem sentir de forma significativa os impactos da inflação verificada nos últimos anos nos tarifários de abastecimento de água e águas residuais atenta a fórmula de cálculo da revisão tarifária. Propõe-se: - A aprovação da proposta de atualização do

tarifário para o ano de 2024, apresentada pela INDAQUA OLIVEIRA DE AZEMÉIS - Gestão de Águas de Oliveira de Azeméis, S.A., **de forma condicionada** à validação das tarifas pela ERSAR na coluna Tarifário 2024 - Cálculo ERSAR, resultante da aplicação das fórmulas previstas na cláusula 70.ª do Contrato de Concessão, mantendo a vigência da suspensão tarifária no que respeita aos Serviços de Saneamento para o ano de 2024; - A aprovação de uma compensação financeira, até ao limite de 400 mil euros para fazer face à estimativa prevista pela concessionária para a manutenção da suspensão tarifária no que respeita aos serviços de saneamento, para o ano de 2024 que é de 348.715€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, acrescida de eventuais acertos referentes ao ano de 2023 e 2024.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** =====

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTES MUNICIPAIS (I/77945/2023) - APROVAÇÃO** (gravação

01:26:30): Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A deliberação da Assembleia Municipal, na sua Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2017; - Que os transportes constantes da listagem anexa integram os fundamentos que determinam as isenções atribuídas na sua deliberação e estão dentro do número limite global de transportes a conceder; - Nos termos do art. 11º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais podem ser isentos de pagamento de taxas de utilização os pedidos de cedência e/ou utilização para apoio a eventos de importância promocional, de representação e de divulgação do município; - De acordo com a deliberação supra identificada os transportes das entidades constantes na listagem em anexo, configuram interesse público Municipal para efeitos de isenção; - O pedido de isenção das coletividades relativamente aos transportes realizados/a realizar; Propõe-se que: - Seja avaliado o interesse público Municipal das atividades realizadas pelas entidades desportivas e recreativas constantes da listagem anexa, nomeadamente pelo papel que desempenham na promoção, representação e divulgação do município; A Câmara Municipal reconheça a isenção das taxas devidas; - Após assumido o transporte, o município possa recorrer ao aluguer para realização do mesmo, por indisponibilidade dos motoristas ou avaria das viaturas municipais.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA: “REABILITAÇÃO DA EBS DE FAJÕES - BLOCO C” - PROCESSO Nº: 030/2017/DEC - INFORMAÇÃO TÉCNICA (I/44543/2023) - DESPACHO DE SUBSTITUIÇÃO DO DIRETOR TÉCNICO DA OBRA (I/76169/2023) - RATIFICAÇÃO**

**DE DESPACHO** (gravação 01:27:00): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos Termos do N.º 3 do Art. 35 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013 e posteriores alterações, propõe-se a ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira Azeméis, de 24/7/2023.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA: “PROLONGAMENTO DAS REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE OSSELA, MACINHATA DA SEIXA E CESAR” - PROCESSO N.º 038/2021/DEC - LOTE 2 - REVISÃO PREÇOS ORDINÁRIA PROVISÓRIA (I/77587/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 01:27:15): Pelo Senhor Vereador Hélder

Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a aprovação, da Revisão de Preços Ordinária, de acordo com o n.º 2 do art.º 16 do Dec. Lei n.º 06/2004 de 06 de janeiro e posteriores alterações, em anexo, no valor de 84.325,05€, ao qual acresce o IVA, da empreitada Prolongamento das redes de drenagem de águas residuais nas freguesias de Ossela, Macinhata da Seixa e Cesar” - Processo n.º: 038/2021/DEC - Lote 2. O número de compromisso de fundo disponível é o 1952/2023.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA: “REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EBI/JI DO BREJO - S. MARTINHO DA GÂNDARA-OLIVEIRA DE AZEMÉIS” - PROCESSO N.º 006/2022/DEC - (I/77902/2023) - REVISÃO DE PREÇOS - APROVAÇÃO** (gravação 01:27:40):

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “No seguimento da elaboração da elaboração da revisão de preços, Propõe-se: Nos termos e para efeitos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33º do Código de Contratação Pública, a aprovação do Auto de Revisão de Preços, com a referência I/70189/2023, da empreitada “Reabilitação e requalificação da EBI/JI do Brejo - S. M. da Gândara, Oliveira de Azeméis” - Proc. 006/2022/DEC.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA: “EBI/JI DE PALMAZ, LOTE 4” - PROCESSO N.º 006/2022/DEC - REVISÃO DE PREÇOS (I/77918/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 01:28:00):

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “No seguimento da elaboração da elaboração da revisão de preços, Propõe-se: Nos termos e para efeitos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33º do Código de Contratação Pública, a aprovação do Auto de Revisão de Preços, com a referência I/70274/2023, da empreitada “EBI/JI de Palmaz, Lote 4” - Proc. 006/2022/DEC.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por

unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO ZONA INDUSTRIAL DO NORDESTE E ÁREA ACOLHIMENTO UL- LOUREIRO - REQUALIFICAÇÃO EIXO 6 E 7” - PROCESSO N.º 019/2023/DEC - DESPACHO APROVAÇÃO DA ATA N.º 3 - PEDIDO ESCLARECIMENTO AO CONCORRENTE VÍTOR ALMEIDA & FILHOS, S.A. (I/77930/2023) - RATIFICAÇÃO** (gravação 01:28:15): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho a ratificação do meu despacho, datado de 15/12/2023, exarado no documento com a referência n.º I/7772/2023, relativo à aprovação da ata n.º 3, referente a um pedido de esclarecimento ao concorrente “Vitor Almeida & Filhos S.A.”, da Empreitada: “Requalificação Zona Industrial do Nordeste e Área Acolhimento Ul - Loureiro - Requalificação Eixo 6 e 7”. - Processo n.º: 019/2023/DEC” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE: PI/9200/2023 - REQUERENTE: ANTÓNIO JOAQUIM DA COSTA ALMEIDA (I/77595/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 01:29:10): Pela Senhora Vereadora Ana Filipa Oliveira, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerandos: O requerente veio solicitar ao abrigo do disposto no artigo 54, da Lei 91/95 de 02/09, autorização para constituição do regime de compropriedade sobre o prédio rustico inscrito na matriz pelo artigo 5450 (rústico) da União de freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. Nos termos do n.º 1 do referido artigo, “a celebração de qualquer ato jurídico entre vivos que possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do numero de compartes dos prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal. No n.º 2 do artigo, refere-se que o parecer só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negocio visa ou dela resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. No caso concreto, não se pretende o parcelamento físico do prédio, pois os adquirentes pretendem adquirir a sua totalidade. Pelo exposto, somos de propor a emissão de parecer favorável a compropriedade.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENCIAMENTO - PI /1642/2021; REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DO PARQUE TEMÁTICO MOLINOLÓGICO (I/75039/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 01:29:20).

*Pela Senhora Vereadora Ana Filipa Oliveira, foi apresentada a seguinte proposta: “A requerente solicito um pedido para requalificação do parque temático Molinológico. Deferida a pretensão foram calculadas as taxas resultando um valor de 448,08 euros. A requerente veio solicitar isenção ao abrigo do art.º 6.º do RMUE. Para cumprimento do art.º 7.º juntou os elementos necessários. Estabelece o art.º 6.º, n.º 2 que a câmara pode dispensar do pagamento das taxas as entidades religiosas, culturais, desportivas, sociais recreativas ou outros que na área de Município, prossigam fins de relevante interesse público. Termo em que o pedido apresentado pela requerente deve ser decidido na próxima reunião de câmara.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====*

**===== RETIFICAÇÃO DO VALOR CONSTANTE DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL I/64258/2023, RELATIVO AO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO N.º 2/2015 - LOTES 19 E 20 AAE - “COVEMA MADEIRAS, LDA.”, (I/66470/2023) - APROVAÇÃO DA RETIFICAÇÃO (gravação 01:29:45):**

*Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Os erros de calculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato; 2. A retificação pode ter lugar oficiosamente ou a pedido dos interessados, produz efeitos retroativos e deve ser feito sob a forma e com a publicidade usada para a prática do ato retificado (art. 174.º do CPA); 3. Na deliberação I/64258/2023, foi proposto “A aprovação do pedido de redução de 50% do valor da taxa TMU, por parte da empresa Covema Madeiras, Lda., no montante de 28 408,50€, relativa ao pedido de licenciamento de alteração do loteamento N.º 2/2015, nos lotes 19 e 20 da AAE, ao abrigo do art. 6.º, n.º 7, alínea a) do Regulamento municipal de Taxas relacionadas com a atividade Urbanística e Operações conexas.” 4. Quando se pretendia dizer “A aprovação do pedido de redução de 50% do valor da taxa TMU, por parte da empresa Covema Madeiras, Lda., no montante de 27 982,10€, relativa ao pedido de licenciamento de alteração do loteamento N.º 2/2015, nos lotes 19 e 20 da AAE, ao abrigo do art. 6.º, n.º 7, alínea a) do Regulamento municipal de Taxas relacionadas com a atividade Urbanística e Operações conexas.” Pelo exposto, propõe-se a retificação dos valores, nos termos e para os efeitos do art. 174.º do CPA, e onde se lê 28 408,50€ deve ler-se 27 982,10€.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====*

**===== OUTROS =====**

**===== INDICAÇÃO DE VOGAL PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE ENTRE DOURO E VOUGA, EPE (I/77868/2023) - APROVAÇÃO (gravação 01:30:35):** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada

a seguinte proposta: “Considerando - A proposta anexa - Indicação de Vogal para o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Entre Douro e Vouga, EPE e respetivo currículo; Ao abrigo do art.º 4.º n.º 1 do Decreto Lei n.º 23/2019, de 30.01; Proponho A aprovação da mesma.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **RETIFICAÇÃO DE ESCRITURA DE CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE CELEBRADA COM O CLUBE DE TÊNIS DE AZEMÉIS (I/77988/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 01:34:25): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 18 de outubro de 1982, foi outorgada escritura com o Clube de Ténis de Azeméis, para a cedência do direito de superfície sob uma parcela de terreno, com a área de 6000m2, sita no lugar de Fonte Joana, Oliveira de Azeméis. - Do mesmo título consta que a parcela com a área de 6000m2, destinada a construção do complexo de ténis, é a destacar do prédio rústico inscrito na matriz rusticas sob os artigos 104; 11 e 198, da freguesia de Oliveira de Azeméis. - Estando agora o Clube de Ténis de Azeméis a regularizar o registo na Conservatória do Registo Predial da cedência do terreno, verificou-se que a necessidade de retificar a escritura de cedência no sentido de constar que a área cedida corresponde só ao antigo artigo rústico 116 da freguesia de Oliveira de Azeméis. Proponho: A retificação da escritura, outorgada em 18 de outubro de 1983, conforme documento anexo, no qual passa a constar que o direito de superfície cedido incide apenas sobre o terreno àquela data inscrito na matriz rústica 116, da freguesia de Oliveira de Azeméis.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **PROJETO DE REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE POLÍCIA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/54851/2023) - APROVAÇÃO** (gravação 01:35:40): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que a Câmara Municipal em reunião de 11 de maio de 2023, aprovou o início do procedimento de elaboração do Regulamento de Organização e Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Oliveira de Azeméis, e a consulta a todos/as os/as interessados/as pelo prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de contributos; - Que decorrido o prazo, não houve lugar a apresentação de qualquer contributo; Propõe-se A Aprovação do Projeto de Regulamento de Organização e Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Oliveira de Azeméis, que se anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), bem como, a sua submissão a consulta pública e audiência do Sindicato Nacional das Policias Municipais, procedendo-se, para o efeito, à sua publicação na II Série do Diário da República e na página eletrónica do Município (de acordo com o previsto no artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo), pelo prazo de 30 dias úteis, contados da referida publicação

no D.R., para que estes possam apresentar contributos no âmbito deste procedimento, os quais devem ser remetidos via correio eletrónico para o endereço [geral@cm-oaz.pt](mailto:geral@cm-oaz.pt), com conhecimento do Gestor do procedimento - Eng. Alberto Godinho ([alberto.godinho@cm-oaz.pt](mailto:alberto.godinho@cm-oaz.pt)), e colocar no assunto: “Projeto de Regulamento de Organização e Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Oliveira de Azeméis”, nos termos da alínea k) n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” O Senhor Vereador **José Campos** referiu que (*gravação 01:37:50*): *Aqui está, se calhar, matéria e é saudável que assim seja, em que discordamos, não diria da importância, mas da importância, da urgência da criação da Polícia Municipal. Nós, em maio, como o Senhor Presidente disse e bem, aquando do início do procedimento para a elaboração do regulamento, questionamos qual seria o valor da despesa anual adicional que a existência da Polícia Municipal representaria para o município. Ficamos a saber que esse valor rondaria os 500.000 euros, no caso de nenhum colaborador do município transitar para a Polícia Municipal. Ficamos, pois, desde essa altura a aguardar que o projeto de regulamento viesse a reunião de Câmara para aí o podermos analisar e de forma mais responsável, com factos concretos, podermos perceber melhor quais eram as competências e quais eram as funções que estavam previstas para a para a Polícia Municipal no nosso território e, então, agora sim, com mais propriedade, diria eu, pronunciarmo-nos sobre a pertinência da criação desta força de segurança, neste momento. Ao contrário daquilo que o Senhor Presidente disse, pelo menos no momento, não são assim tantos os municípios do país que têm Polícia Municipal, nós estamos a falar de 35 municípios num universo de 308 municípios. E a nossa opinião, tendo em conta os custos envolvidos anualmente com esta estrutura, mais os custos que necessariamente terão de acontecer e que terão de ser suportados com a aquisição de viaturas, de fardamentos, de equipamentos, de instalações e face àquilo que são os benefícios previstos daquilo que nós podemos ler no regulamento, não consideramos que, neste momento, seja prioritária a criação da Polícia Municipal. Não nos parece que venha dar resposta a nenhuma necessidade premente segurança que sente em Oliveira de Azeméis. E que grande parte das competências que lhe são atribuídas, que são aqui atribuídas à Polícia Municipal, são competências, ou melhor, já são executadas pelos vários serviços de fiscalização da nossa Câmara Municipal. E, além disso, em matéria de Proteção Civil, sabemos também que, se calhar, existem outras prioridades até do ponto de vista financeiro, de algumas carências financeiras que as nossas corporações de bombeiros municipais continuam a ter e se quisermos pensar até em termos de forças de segurança: parece-me que aquilo que os oliveirenses mais anseiam, neste momento, é, por exemplo, que o posto da GNR de Oliveira de Azeméis - bem sei que não depende da câmara municipal, mas são necessidades que se sentem, essas sim, como prementes, se calhar posto da GNR de Oliveira de Azeméis seja intervencionado para ter melhores condições; Que o novo posto da GNR de Cesar seja, de facto, uma realidade, para que também dessa forma a GNR de Cesar possa ver reforçada a sua capacidade de atuação. Eu diria, em suma, Senhor Presidente, e para justificar - nós vamos votar contra, que fazendo uma análise custo/benefício: Lá está. Discordamos. Sei que a sua opinião não é essa. Mas que, não se justifica, fazendo esta análise custo benefício, nossa*

*opinião, não se justificaria a criação da Polícia Municipal, neste momento, e que, em matéria de proteção civil as prioridades de momento de deveriam ser outras. O Senhor Presidente referiu que (gravação 01:42:00): É naturalmente uma opinião respeitável como qualquer outra. Os custos de os custos deste tipo de estrutura são fundamentalmente recursos humanos. Nós efetivamente temos neste momento serviços que asseguram algumas destas respostas, não todas as respostas, mas fazem-no no horário extremamente limitado e fazem-no também de uma forma que não será tão eficaz como a forma que nós teremos quando temos um corpo de Polícia Municipal de muito maior dimensão e, naturalmente, com muito mais eficácia na sua atuação. E por isso é que nós temos uma vigilância nas nossas escolas, que é uma vigilância deficiente, temos atos de vandalismo frequentes, temos dificuldades na guarda e na vigia do espaço público, sentimos de forma objetiva a falta de presença de policiamento ou de serviço de fiscalização municipal em muitas zonas do nosso território. Temos muitas construções clandestinas que depois se acabam por eternizar no tempo, porque não lhes acontece nada. Portanto, há um conjunto de situações no domínio do ambiente, más práticas que já fica aqui foram hoje referidas a que acrescentamos um conjunto de lixeiras que proliferam, resíduos de construção e demolição que são depositados em tudo o que é canto e nós esperamos que a polícia Municipal permite alterar todo este quadro, permite alterar um conjunto de comportamentos que tem que ser necessariamente corrigidos. Os custos, tem a ver essencialmente com a massa humana. E, portanto, nós, neste momento, temos um problema também com os nossos fiscais municipais que estão todos no limite quase da sua idade, estão a aproximar-se muito rapidamente da reforma e nós temos que tomar decisão em relação àquilo que nós queremos para o futuro. É evidente que não estão os 308 municípios com polícia municipal. Mas aquilo que importa é que, se for auscultar a opinião dos municípios que tem Polícia Municipal, mas mais importante ainda, se for auscultar a opinião das populações desses municípios, todas elas sem exceção, valorizam a Polícia Municipal e valorizam o importante papel que essa Polícia Municipal desempenha no apoio à população, no cumprimento dos regulamentos e num conjunto respostas que uma Polícia Municipal, com esta atribuições, com estas funções, com estas competências que são atribuídas que são completamente distintas das competências das forças da autoridade da GNR, portanto, complementam-se, mas são distintas, nem a GNR pode intervir na área de atuação municipal naquilo que são os regulamentos municipais no seu cumprimento e na sua fiscalização, nem a polícia Municipal o fará naquilo que são as competências e atribuições da GNR. Agora, não há dúvida nenhuma que essas competências e atribuições se complementam, se entrecruzam até num ou noutro domínio. Mas, necessariamente, isto não passa por exclusivamente nós temos o posto da GNR de Oliveira de Azeméis com melhores condições. Defendemos, naturalmente, que sejam corrigidas anomalias que existem. E, portanto, o plano de investimentos da Administração Interna tem essa obrigação. É evidente que não há dúvida nenhuma. O posto da GNR de Cesar não tem condições rigorosamente nenhuma para albergar os militares, mas também não tem condições para receber as pessoas, portanto, é um péssimo equipamento. Há necessidade de construir uma nova unidade. Estamos a trabalhar para isso.*

*Temos tido um conjunto de vicissitudes nesse domínio. Mas, naturalmente que esta realidade não tem a ver com a realidade nem dos nossos bombeiros, nem das nossas forças da autoridade. Os nossos bombeiros, naturalmente, têm que ter respostas no domínio da proteção civil. Elas têm que ser construídas. Estamos a falar aqui de uma coisa completamente diferente. Estamos a falar do cumprimento de regulamentos municipais nos domínios do trânsito, nos domínios da fiscalização de obras, nos domínios da segurança e da proteção de equipamentos de pessoas e de bens. E esse papel eu acho que é um papel que pode ser desempenhado pela Polícia Municipal, porque os ganhos que são trazidos pela nossa por para a nossa população são ganhos substanciais. É evidente que os custos da estrutura serão afinados com o tempo. Este investimento inicial que vai acontecer é um investimento que não se vai manter da mesma forma todos os anos, porque é evidente que uma coisa é nós investirmos num conjunto vasto fardamentos, sejam os fardamentos de verão, sejam de inverno, seja os fardamentos de honra, num conjunto heráldica, num conjunto de meios, como viaturas, como equipamentos de comunicação, etc. Esse investimento faz-se de uma vez. Depois, naturalmente, temos as operações substituição ou de reequipamento. Mas, digamos, que aquilo que nós esperamos é que os custos sejam reduzidos e que com a experiência e com os anos consigamos afinar esses custos. Eu não tenho dúvidas é que o ganho que é traduzido para a segurança das pessoas e para a perceção de segurança das pessoas, vale bem a pena. E, portanto, eu não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma de que esta iniciativa vai ser iniciativa que vai ser bem acolhida pela população e que vai produzir resultados muito importantes no domínio da segurança do território concelhio. E, portanto, numa perspetiva, obviamente, de criação de algumas reservas, que são legítimas e que são naturais, aquilo que eu espero é que há ação da Polícia Municipal venha a provar, a demonstrar, que essas reservas não faziam sentido. E efetivamente é muito importante que este serviço que vai ser disponibilizado 24 horas sobre 24 horas, ou pelo menos, numa boa parte do dia, seja serviço que seja percecionado pela população como um serviço importante, como serviço que ajuda a contribuir para a segurança generalizada das pessoas. O Senhor Vereador **José Campos** referiu ainda que (gravação 01:37:50): Uma das questões que nos colocou aqui algumas reservas sobre a pertinência, neste momento, tem a ver exatamente com essa perceção de segurança ou com essa segurança adicional, de alguma forma, que a criação da Polícia Municipal pudesse ter neste momento. Quando olhamos para o número de efetivos, no fundo, estamos também aqui a aprovar, que estão previstos neste regulamento, estamos a falar de 14 agentes que estão previstos para Polícia Municipal. E quando fala dessa questão da segurança e de turnos, no fundo, de 24 horas, de alguma forma, ao serviço; É aqui que nós colocamos alguma reserva. Portanto, estamos a falar 3 turnos de 24 horas, estamos sempre a falar de 3 turnos, e estamos a falar de 14 pessoas. E é aí que nós, tendo em conta a dimensão do nosso concelho e tendo em conta o número de efetivos que aqui estamos a falar, pomos algumas reservas sobre essa capacidade que a Polícia Municipal possa, neste momento, vir a acrescentar, até também por este número de efetivos, a essa segurança adicional, a essa vigilância adicional que também é necessária, a esse controlo e fiscalização no cumprimento de regulamentos de construções, seja o que for, estando nós a falar 14 agentes*

da polícia. Mas foi uma das razões que, de facto, nos levou aqui termos algumas reservas. E que contraria um bocadinho aquilo que o Senhor Presidente está a dizer. Porque nós não estamos aqui a falar de um aumento ou da criação da polícia municipal com o número de efetivos que nos parece .... Se calhar, se estivermos a falar só no universo da cidade, isso poderia ser uma realidade mais palpável, mais visível, mais concretizável. Estando a falar no universo do nosso concelho, com 14 agentes, confesso que tenho algumas dúvidas, algumas reservas. Mas, claramente, Presidente, espero que essas reservas que nós este momento apresentamos não façam sentido. O **Senhor Presidente** acrescentou <sup>(gravação 01:50:30)</sup>: Dar nota do seguinte: Quando tivermos a Polícia Municipal constituída, caberá ao senhor comandante definir o horário de funcionamento da polícia municipal. Numa fase inicial, não conseguirá trabalhar 24 sobre 24, mas o caminho que se espera é que isso venha a ser possível. Nós não estamos a falar de 14, estamos a falar de 16 agentes, porque os graduados também contam. Deixe-me que lhe diga o seguinte: isto pode parecer coisa pouca, mas esses 16 elementos mais os administrativos, estamos a falar em cerca de 20 pessoas. Nós estamos a falar de um posto da GNR. É mais um posto da GNR, é preciso que tenhamos consciência disso. Nós temos atualmente 3 postos da GNR. Aquilo que nós estamos a fazer, objetivamente, é acrescentar mais um posto. Temos 6 ou 7 fiscais, neste momento, a trabalhar muito direcionados para 2 coisas em concreto e são basicamente: pouco ambiente; mais estacionamento oneroso e mais até o licenciamento das obras. Muito concentrados nisso. Estamos a falar de uma área de atuação muito mais vasta do que essa, não é? Até porque, nós se quisermos resolver o problema de estacionamento ou de parte do estacionamento, nós concessionamos o estacionamento e deixamos de ter essa responsabilidade. Estou a falar do estacionamento oneroso, obviamente. Portanto, estamos a falar da perspetiva de uma maior abrangência da polícia municipal. É evidente que, nós estamos a falar do número de elementos que a lei obriga, mas podemos ter 40, nada nos impede de ter 40 elementos, 60, ou 80 elementos. Aliás, há municípios começaram com os limites previstos na lei e foram robustecendo e foram admitindo mais elementos. Há vários municípios da Área Metropolitana do Porto que tem polícia municipal e que foram fazendo crescer substancialmente o número de efetivos. O número de efetivos com que arrancaram é incomparavelmente inferior ao número de efetivos atual. Isso significa que houve um percurso evolutivo, houve uma necessidade que foi constatada. E satisfiz-se essa necessidade, porque efetivamente se reconhece o trabalho importante que a polícia municipal faz nesses territórios. Eu acredito piamente que, no caso concreto do município de Oliveira de Azeméis, esse trabalho também vai ser um trabalho importante não só a disciplinar as questões ligadas ao trânsito, não só no combate às construções clandestinas, aos danos ambientais que são provocados por atitudes irresponsáveis, à segurança das nossas crianças no espaço escolar, mas também nas deslocações para as escolas, na segurança dos equipamentos e dos espaços públicos, na vigilância dos eventos, enfim, um conjunto de áreas onde a atuação desta polícia municipal pode acontecer e que hoje não acontece. E, portanto, é preciso que se perceba que muitos destes serviços hoje são contratados e pagos a peso de ouro. E há outra coisa que eu gostaria de deixar aqui também como nota que que nos leva a tomar este tipo de

*caminho: Nós não temos assistido nos últimos anos a um reforço do número de efetivos nos postos, muito pelo contrário. E isso preocupa-nos. E nós, obviamente, também, à semelhança de outras respostas que procuramos construir, complementando aquilo que são obrigações do Estado, nós aqui também queremos criar essas respostas. E, por exemplo, nas questões ligadas ao espaço escola, nós temos uma realidade substancial em termos de parque escolar, em termos do número de escolas EB 2, 3 e EBS que temos no nosso concelho e, portanto, gostaríamos muito que a vigilância na envolvente da escola fosse diferente da que temos hoje. Não estou a criticar o trabalho que é feito no âmbito do programa Escola Segura, nem coisa que se pareça, mas todos percebemos que o número de efetivos disponíveis nos nossos postos da GNR não permite que o trabalho tenha a qualidade que ambicionamos. E, portanto, é o início de um caminho, vamos afinar os valores. Nós próprios, quando avançamos para uma coisa destas, fazemos o nosso estudo. Mas é evidente que não deixa de ser um estudo. Aquilo que nós queremos é que a realidade acaba por acomodar financeiramente isto, mas mais importante é que nós percebamos que esta necessidade que hoje sentimos é uma necessidade que realmente fazia sentido. E avançar e começar a fazer caminho também no domínio da segurança nos territórios, com esta componente da dimensão municipal. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três votos contra dos Senhores/as Vereadores/as do PSD, cinco votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== REUNIÃO PÚBLICA - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =====**

*===== Aberto o período de intervenção do público, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor **Filipe Marques**, residente em Macieira de Sarnes, que mostrou preocupação com os vários acidentes na curva da Ribeira, Estrada Nacional 327, no Alto Ribeira. E apresentou como sugestão a colocação de sinais luminosos, uma vez que a grande sinistralidade ali existente deve-se à falta de luminosidade da curva; Relativamente à zona industrial de Macieira de Sarnes, colocou a seguinte questão: qual margem contemplada, em termos de proposta de PDM, ao eixo de via, se estão contemplados 100 metros, se estão contemplados mais ou menos? Agradeceu a intervenção na Escola Primária, também o apoio dado ao Futebol Clube Macieirense. Solicitou ao executivo para dar atenção ao edifício da Associação Columbófila, que tem algumas fragilidades. Relativamente aos seniores, referiu que a associação não tem instalações próprias e apelou ao executivo para desenvolver o projeto da criação de um lar de idosos porque é uma carência na freguesia. O **Senhor Presidente** respondeu que, relativamente à curva do Alto da Ribeira, a Câmara tem insistido com as Infraestruturas de Portugal na necessidade de se encontrar uma solução para esta curva do Alto da Ribeira, porque é uma curva perigosíssima e que existem outras curvas na Nacional 327 que também deviam ser melhor sinalizadas, por exemplo, aqui junto à Capela, no sentido de Cesar/ Macieira de Sarnes, é uma curva perigosa, mas há outras curvas no trajeto que mereceriam bandas cromáticas, mereceriam um reforço sinalização, melhor pintura no*

*pavimento, mais sinais de perigo. Curiosamente, as Infraestruturas Portugal, não reconhece a perigosidade do local. Eu já convidei várias vezes as Infraestruturas Portugal a deslocarem-se connosco, não só a esse local, mas a um conjunto de problemas que nós temos nosso concelho, que são da responsabilidade das infraestruturas Portugal e que era importante que fossem tomadas medidas. Relativamente à questão colocada sobre a margem prevista para zona industrial de Macieira de Sarnes, referiu que: Existe uma mancha prevista. Salientou que: Este compromisso, é o compromisso de a propor, não é o compromisso de garantir a sua a sua aprovação, porque não somos nós que aprovámos essas alterações do solo. Referiu ainda que: quem adquire os terrenos tem a perspetiva de que esse terreno venha a ser aprovado como terreno de espaço de acolhimento empresarial. Portanto, nós temos muito interesse, pelos mais variados motivos, por questões de competitividade territorial, por questões de criação de resposta nas freguesias que não tem ainda essa resposta industrial em freguesias fronteira, em freguesias que tem alguma proximidade a eixos rodoviários importantes, de criar zonas de acolhimento de empresas e, portanto, queremos que esta zona seja uma zona generosa, uma zona que dê resposta cabal. E, portanto, temos que ver se a tal faixa que está prevista para a via, se é uma faixa de 50 metros, se é uma faixa de 100. Tem que ser uma faixa que seja suficiente para que as empresas se instalem, porque senão temos uma zona industrial que vai ser uma zona industrial para equipamentos, para serviços e poderá não ser essa ambição. Agradeceu as palavras dirigidas a todo o executivo, em relação às obras que foram implementadas na EBI e também ao apoio dado ao Macieirense e à generalidade dos clubes e associações concelho. Em relação à Columbófila, referiu que: compete aos dirigentes da Columbófila desafiar a Câmara Municipal, através da apresentação de um projeto para que essas obras. Portanto, o que eu lhe posso dizer é que a Câmara Municipal acolherá naturalmente esse pedido, essa iniciativa, mas que tem que partir necessariamente dos próprios. Em relação ao lar de idosos, também tem que haver uma IPSS que esteja disponível para avançar com esse projeto construção do lar de idosos. Os financiamentos têm existido, tem aparecido um conjunto de avisos que permitem a criação dessas respostas. E, portanto, se alguma IPSS avançar com essa intenção, a Câmara Municipal, à semelhança, por exemplo, que está a acontecer agora com uma IPSS de UI, estará disponível para apoiar, como sempre fez no passado com os vários projetos que temos de construção deste tipo de respostas. Associação “Conviver Mais” tem dificuldades ao nível do espaço. Reunimos muito recentemente com a direção desta associação e estamos a procurar encontrar uma resposta. Vamos procurar criar condições para que a Associação “Conviver Mais” possa desempenhar da melhor forma a sua missão. =====*

*===== Para terminar, o Senhor Presidente, em nome de todo o executivo, desejou a todas famílias oliveirenses um Santo e Feliz Natal e um ano de 2024 com muita paz, muita saúde, muito amor e muita felicidade. =====*

===== *Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº 3, e para efeitos do disposto no nº 4, do artigo 57º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.* =====

===== *A presente ata foi distribuída por todos os presentes, procedimento que dispensa a respetiva leitura, conforme determina o nº 4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963.* ==

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Jorge Ferreira, e por mim, Jaime Manuel da Silva Marques, que na qualidade de secretário a redigi.* =====

*O Presidente da Câmara Municipal,*

*O Secretário,*